ALEGO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE GOIÁS

Nº DO PROCESSO
15544/2026

Autoria: **Antônio Gomide**

Tipo do Processo: **Projeto de Lei Ordinária Nº 772/2026**

Nº do Protocolo:	Data do Protocolo:	Data de Elaboração:	ID do Processo:
17691/2026	**04/08/2026 15:29:03**	**04/08/2026 15:22:36**	**ID: 2291905**

Ementa: **DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ENTIDADE QUE ESPECIFICA. (ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA PAULISTA COM SEDE NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE DE GOIÁS/GO).**

Temporialidade:

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3500310035003500380035003A004300, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PROJETO DE LEI Nº , DE DE 2026

Declara de Utilidade Pública a entidade que especifica. (ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA PAULISTA).

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica declarada de utilidade pública a **ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA PAULISTA**, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), sob o nº 02.084.501/0001-29, com sede no Município de Campo Alegre de Goiás/GO.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DE SESSÕES, 04 DE AGOSTO DE 2026.

ANTÔNIO GOMIDE
Deputado Estadual - PT

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200320039003100390030003500 3A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por finalidade declarar de utilidade pública a **Associação dos Produtores Rurais da Fazenda Paulista**, entidade civil sem fins lucrativos que desenvolve relevantes atividades de interesse social, econômico e comunitário no Estado de Goiás.

Conforme documentação acostada, a referida associação atua de forma organizada e contínua na promoção do desenvolvimento rural sustentável, no fortalecimento da agricultura familiar e no apoio direto a pequenos e médios produtores, desempenhando papel essencial na dinamização da economia local. Suas ações incluem a articulação de políticas públicas, o incentivo à produção agropecuária, a capacitação de produtores, além da promoção de práticas que visam à melhoria da qualidade de vida das comunidades atendidas.

A entidade demonstra, ainda, compromisso com a transparência e a legalidade, possuindo regular constituição, funcionamento contínuo e ausência de fins lucrativos, atendendo, portanto, aos requisitos exigidos pela legislação vigente para a concessão do título de utilidade pública.

Importante destacar que o reconhecimento formal por parte do Poder Público possibilitará à associação ampliar suas parcerias institucionais, acessar novos instrumentos de fomento e fortalecer suas iniciativas em prol da coletividade, potencializando impactos positivos na geração de renda, no desenvolvimento regional e na promoção da justiça social no campo.

Dessa forma, o presente projeto não apenas reconhece o relevante trabalho já desempenhado pela entidade, mas também contribui para o fortalecimento de políticas públicas voltadas ao setor rural, especialmente no contexto goiano, onde a agricultura e a pecuária exercem papel estratégico para o desenvolvimento econômico do Estado.

Ante o exposto, considerando o inegável interesse público envolvido, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação da presente propositura.

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200320039003100390030003500 3A005000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade utilizando o identificador 3200320039003100390030003500 3A005000

Assinado eletronicamente por **ANTÔNIO ROBERTO OTONI GOMIDE** em **04/08/2026 15:22**
Checksum: **3CC496EB474E7D0D37A5ACE4E8D26B6CEE60883830850473AEFFC7B2CEA3B01D**

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
02.084.501/0001-29 **MATRIZ**		**05/08/1997**

NOME EMPRESARIAL
ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA PAULISTA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
AFAPA - ASSOCIACAO FAZENDA PAULISTA	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte
94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
399-9 - Associação Privada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
FAZ PAULISTA	**S/N**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
75.795-000	**ZONA RURAL**	**CAMPO ALEGRE DE GOIAS**	**GO**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**03/11/2005**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **24/06/2026** às **14:07:05** (data e hora de Brasília).

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

ESTATUTO SOCIAL

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA PAULISTA E REGIÃO

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO, SEDE E OBJETIVO

Art. 1º - É instituída a associação de desenvolvimento comunitário dos produtores rurais da Fazenda Paulista e Região, originária de movimento espontâneo entre os habitantes das comunidades locais, destinada à representação e defesa dos produtores associados.

I – A associação dos produtores rurais da Fazenda Paulista e Região, nos dispositivos que se seguem passará a ser referida como ASSOCIAÇÃO;

II – A Associação terá sua sede administrativa na fazenda Paulista, no município de Campo Alegre de Goiás e foro jurídico na comarca de Ipameri, Estado de Goiás, podendo ter dependências e representações em outros locais.

III – O prazo de duração da associação é indeterminado e o ano social compreendido no período de 1º de janeiro a 31 de Dezembro.

IV – A área de ação, para efeito de admissão de associados, abrange o município de Campo Alegre de Goiás, especificamente na região da Fazenda Paulista e regiões próximas, do município de Campo Alegre de Goiás, Estado de Goiás.

Art. 2º - A Associação reger-se-á pelo presente estatuto e leis que lhe forem aplicáveis.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS SOCIAIS

Art. 3º - A associação é uma entidade civil, sem fins econômicos, de duração indeterminada, com base na colaboração recíproca a que se obrigam seus associados, objetivando:

I – Promover o desenvolvimento comunitário, através da realização de obras e melhoramentos, com recursos próprios ou obtidos por doações, subvenções ou empréstimos e proporcionar aos associados e aos seus dependentes, atividades econômicas, sociais e assistenciais;

Apresentado(a) Prot. sob o nº ... Averbado(a) à(s) fls. ... Ofício ...

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

II – Obtenção de financiamentos para associação e associados, através de linhas de crédito rural normal ou programas especiais, tais como FCO, PRONAF e outros;

III – Dar condições para os produtores organizados em grupos, na busca de soluções comuns;

IV – Racionalizar as atividades de coleta, transporte, beneficiamento, armazenamento, classificação, embalagem e outras necessárias à produção de seus associados;

V – Providenciar assistência técnica e informação de mercado ao quadro social;

VI – Fazer e manter atualizado o cadastro dos produtores e de suas propriedades;

VII – Facilitar o acesso dos produtores, aos mecanismos da política agrícola: preços mínimos, crédito rural, assistência técnica e pesquisa;

VIII – Buscar a colocação dos produtores no mercado, através da comercialização, facilitando o acesso mais direto dos produtores com o mercado e os consumidores;

IX - Representar os interesses dos seus associados, onde se fizerem necessários.

CAPÍTULO III

DOS ASSOCIADOS

SEÇÃO I

Admissão, Direitos e Deveres

Art. 4º - Podem ser admitidos pela associação, salvo se houver impossibilidade técnica de prestação de serviços por parte desta, todos os produtores, suas esposas, companheiras e filhos maiores de 18 anos, que se dediquem às atividades agrícolas, em imóvel de sua propriedade ou ocupado por processo legítimo, dentro da área de ação da associação, tendo livre disposição de sua pessoas e bens, que concorde com as disposições deste estatuto e que não pratique atividades que possa prejudicar ou colidir com os interesses e objetivos da entidade.

§1º - O número de associados é ilimitado, quanto ao máximo, não podendo, contudo, ser inferior a dez (10) pessoas físicas.

§2º - São admitidas as seguintes categorias de associados:

I – Fundadores – os que participaram da assembléia geral de fundação, constando seus nomes na ata de fundação;

II – Efetivos – os admitidos posteriormente.

Apresent
Prot. n.º
Averbo
do livr

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Art. 5º - Para ser admitido, o interessado deverá preencher a respectiva proposta de admissão, assinando-a com outros dois associados proponentes.

I – aprovada a sua proposta pela diretoria, o candidato fornece os dados para sua ficha cadastral, paga a jóia de admissão e a anuidade em vigor, assinando o livro de matrícula juntamente com o diretor;

II – o pagamento da jóia de admissão e da anuidade complementa a sua admissão na associação;

Art. 6º - Cumprido o disposto no artigo anterior, o associado adquire todos os direitos e assume os deveres e as obrigações decorrentes deste estatuto e das deliberações tomadas pela associação.

Parágrafo Único – todos os associados terão iguais direitos, sem quaisquer vantagens por categoria.

Art. 7º - São direitos dos associados fundadores e efetivos:

I – votar e ser votado;
II – fazer parte das assembléias gerais, discutindo e votando os assuntos que nela sejam tratados;
III – apresentar, por escrito, à diretoria ou à assembléia medidas de interesse da associação;
IV – demitir-se da associação, quando lhe convier, desde que com ela esteja quite;
V – propor a admissão de novos associados;
VI – realizar com a associação as operações que constituem os seus objetivos;
VII – solicitar, por escrito, informações sobre as atividades da associação e, a partir da data da publicação do edital de convocação das assembléias gerais, consultar na sede da sociedade os livros, contabilidade e documentos que devem estar à disposição do associado.

Art. 8º - São deveres dos sócios:

I – realizar com a associação todas as operações que constituem seus objetivos econômicos e sociais;
II – promover o engrandecimento moral, cultural e material da associação, cumprindo as determinações constantes do presente estatuto, regimento e deliberações das assembléias gerais;
III – estar quite com a associação;
IV – desempenhar, com dedicação os cargos para os quais fora eleito ou nomeado;
V – prestar à associação esclarecimentos relacionados com as atividades que lhe facultam associarem.

Art. 9º - Os direitos e as obrigações dos associados falecidos contraídas com a associação, e os oriundos de sua responsabilidade perante terceiros passam aos seus herdeiros.

Autentica documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Parágrafo Único – Os associados não respondem subsidiariamente pelas obrigações assumidas pela associação.

SEÇÃO II

Demissão, Eliminação e Exclusão

Art. 10 – A demissão do associado, que não pode ser negada, dá-se unicamente a seu pedido.

Parágrafo Único – O pedido é requerido ao diretor presidente, sendo por este levada à diretoria em sua primeira reunião, averbada no livro de matrícula, mediante termo assinado pelo diretor presidente, e imediatamente comunicada, por escrito, ao requerente.

Art. 11 – A eliminação do associado, que é aplicada em virtude de infração deste estatuto, é feita por decisão da diretoria, depois de notificação prévia ao infrator.

§1° - Além de outros motivos, a diretoria deve eliminar o associado que:

a) venha exercer qualquer atividade considerada prejudicial à associação ou que colida com seus objetivos sociais;
b) levar a associação à prática de atos judiciais, para obter o cumprimento de obrigações por ele contraídas;
c) cometa falta grave contra a associação, tentando ludibriar quaisquer dos seus poderes ou manifestando-se em termos ofensivos contra seu crédito moral, bem como atos que prejudiquem seu conceito público;
d) deixe de pagar suas anuidade e contribuições;
e) preste à associação informações inverídicas.

§2° – Os motivos que a determinaram devem constar de termo lavrado nos livros de matrícula e assinado pelo diretor presidente.

§3° - Cópia autenticada da decisão será remetida dentro do prazo de trinta (30) dias ao interessado, por processo que comprove data de remessa e do recebimento.

§4° - O associado eliminado pode, dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da data de recebimento da notificação, intervir mediante recurso, tendo efeito suspensivo até a primeira assembléia geral.

Art. 12 – A exclusão do associado é feita:

I – por dissolução da pessoa jurídica;
II – por morte da pessoa física;
III – por incapacidade civil não suprimida.

Apresentado(a) n
Prot. n.°
Averbado(a) à m
livro
Oficial

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

§1° - A exclusão do associado, nos termos deste artigo, é feita por decisão da diretoria e lavrada no livro de matrícula.

Art. 13 – Em qualquer caso de demissão, eliminação ou exclusão, o associado não tem direito à restituição de colaboração financeira de qualquer espécie, bem como dos fundos existentes e/ou de quota ou fração ideal do patrimônio da associação.

Art. 14 - Os deveres do associado perduram para os demitidos, eliminados e excluídos, até que sejam aprovadas pela assembléia geral as contas do exercício em que se deu o desligamento.

Art. 15 – As jóias, anuidades dos associados e demais taxas ou despesas instituídas em atraso, poderão, a critério da diretoria, serem cobradas via extra judicial ou judicial.

CAPÍTULO IV

DOS ÓRGÃOS

Art.16 – A associação será dirigida pelos seguintes órgãos:

I – Assembléia Geral;
II – Diretoria Executiva;
III – Conselho Fiscal.

§1° - O exercício de qualquer das funções requeridas, para funcionamento dos órgãos referidos neste artigo, não será remunerado.

§2° - É vedado o exercício cumulativo de cargos, exceto a participação na assembléia geral.

SEÇÃO I

Das Assembléias Gerais

Art. 17 – A assembléia geral é órgão superior, com poderes para deliberar sobre todos os assuntos de interesse da associação, podendo ser ordinária ou extraordinária:

I – a convocação da assembléia geral se dará por edital, expedido com 08 dias de antecedência, contendo data, horário, local e a pauta;
II – são legítimos para convocar a assembléia geral, o Presidente; o Conselho Fiscal ou 1/5 (um quinto) dos associados;
III – presidirá a assembléia geral o Presidente, representante do Conselho fiscal ou qualquer associado, escolhido por aclamação dos presentes, quando estes a convocar;

Apresentado(a) nesta
Prot. n.°
Averbado(a)
do livro

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

IV – o associado presente à assembléia geral, tem direito a apenas um (01) voto, não podendo ser representado por procuração.

§1° - A Assembléia Geral ordinária, reunir-se-á anualmente, nos três primeiros meses do ano, sendo necessário para sua instituição:

I – quorum :

a) em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos associados; e
b) em segunda e última convocação, meia hora após, com a presença de qualquer número de associados.

II – com competência para deliberar sobre:

a) relatório de gestão da diretoria;
b) contas da diretoria, balanço demonstrativo e patrimonial;
c) eleição dos membros da diretoria executiva e conselho fiscal;
d) o plano de trabalho anual; e
e) outros assuntos de interesse da associação.

§2° - A assembléia geral extraordinária reunir-se-á tantas vezes se fizerem necessárias, sendo obrigatório para sua instalação:

I – Quorum:

a) em primeira convocação, com a presença de 2/3 dos associados presentes à assembléia geral; e
b) em segunda e última convocação, meia hora após, com a presença da maioria absoluta dos associados, não podendo deliberar com menos de 1/3 dos associados e, não havendo esse número mínimo, para atender à convocação, será fixada nova data para realização da assembléia.

II – com competência privativa para deliberar sobre:

a) reformar o estatuto;
b) fusão, incorporação ou desdobramento;
c) mudança de objetivo da associação;
d) destituir, a qualquer tempo, membros da diretoria executiva e do conselho fiscal;
e) autorizar a realização de empréstimo e outras obrigações pecuniárias e, também, constituição de garantias caso exigidas;
f) autorizar a alienação de bens obsoletos ou sem utilidades;
g) autorizar realização de contratos ou convênios com órgãos e/ou entidades;
h) deliberar sobre a dissolução voluntária da associação e neste caso nomear os liquidantes e votar as respectivas contas.

SEÇÃO II

Da Diretoria Executiva

Art. 18 – A associação é administrada por uma diretoria composta de cinco membros, todos associados, eleitos pela assembléia geral para um mandato de 02 (dois)

Apresentado(a) nesta
Prot. n.°
Averbado(a) à margem
do livro
O Oficial

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

anos, com os títulos de diretor presidente, diretor vice presidente, diretor tesoureiro, diretor secretário.

Art. 19 – A diretoria é regida pelas seguintes normas:

I – reúne-se ordinariamente, uma vez por mês, e extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do diretor presidente, da maioria da própria diretoria, ou ainda, do conselho fiscal;

II – delibera, validamente, com presença da maioria dos seus membros, proibida a representação, sendo as decisões tomadas por maioria simples dos votos presentes, reservado ao diretor presidente o exercício do voto de desempate;

III – as deliberações são consignadas em atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio, lidas, aprovadas no final dos trabalhos pelos membros presentes.

§1° - Nos impedimentos por prazos inferiores a 90 (noventa) dias, ou vagando a qualquer tempo, algum cargo da diretoria, assumirão os suplentes, exceção no cargo de diretor presidente, onde assumirá o diretor vice presidente.

§2° - Se ficar vago, por qualquer tempo, mais da metade dos cargos da diretoria, deve o diretor presidente ou os demais membros, se a presidência estivar vaga, ou ainda o conselho fiscal, convocar a assembléia geral para o devido preenchimento.

§3° - O substituto exerce o cargo somente até o final do mandato de seu antecessor.

§4° - Perde automaticamente o cargo, o membro da diretoria que, sem justificativa faltar a três (03) reuniões consecutivas ou seis (06), durante o ano, após notificação expressa ao faltante.

Art. 20 – Compete à diretoria, dentro dos limites deste estatuto, atendidas às decisões recomendações da assembléia geral, planejar e traçar normas para as operações e serviços da associação e controlar os resultados.

§1° - No desempenho de suas funções, cabe-lhe, dentre outras, as seguintes atribuições:

I – programar as operações e serviços, estabelecendo qualidades, valores, prazos, taxas, encargos e demais condições necessárias à sua efetivação;

II – estabelecer, em condições normativas ou administrativas, sanções ou penalidades a serem aplicadas nos casos de violação ou abusos cometidos contra disposições deste estatuto ou das regras de relacionamento com a associação;

III – determinar as taxas destinadas a cobrir as despesas dos servidores da associação;

IV – avaliar e providenciar o montante dos recursos financeiros e das necessidades para o atendimento das operações e serviços;

V – estimular a rentabilidade das operações e serviços, bem como sua viabilidade;

VI – fixar as despesas de administração em orçamentos anual, que indique a fonte dos recursos para sua cobertura.

Apresentado(a) neste Cartório
Prot. n.°
Averbado(a) à margem
Livro
O Oficial

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Art. 21 – Ao diretor presidente cabe, entre outras, as seguintes atribuições:

I – supervisionar as atividades da associação, através de verificações e contatos assíduos com a gerência;

II – assinar, juntamente com o diretor secretário ou outro diretor designado pela diretoria, contratos, convênios, termos de cessão e uso de comodato e demais documentos constitutivos de obrigações;

III – convocar e presidir reuniões da diretoria e, normalmente, as assembléias gerais;

IV – assinar cheques bancários, juntamente com o diretor financeiro ou gerente;

V – apresentar à assembléia geral ordinária relatório de gestão, balanço demonstrativo anual, com parecer do conselho fiscal;

VI – representar ativa e passivamente a associação em juízo ou fora dele.

Art. 22 – Ao diretor vice presidente, cabe assessorar e assistir, permanentemente, o trabalho do diretor presidente, substituindo-o nos seus impedimentos.

Art. 23 – Compete ao secretário:

I – organizar e dirigir todos os assuntos de secretaria da associação;

II – substituir o presidente e vice presidente em suas ausências ou impedimentos;

III – assinar com o presidente a correspondência da associação.

Art. 24 – Compete ao tesoureiro:

I – manter livro caixa, na sede da associação, com os lançamento de débitos e créditos sempre atualizados;

II – responder pela guarda dos valores e títulos da associação;

III – movimentar constas bancárias e emitir cheques, juntamente com o presidente;

IV – substituir os secretários em suas ausências ou impedimentos;

V – disponibilizar, mensalmente, os balancetes para serem apreciados pelo conselho fiscal.

SEÇÃO III

Do Conselho Fiscal

Art. 25 – O conselho fiscal é composto por três (03) membros, eleitos pela assembléia geral, dentre os associados em pleno gozo de seus direitos, com mandato de dois (02) anos.

§1° - Serão eleitos, também, três (03) suplentes para o conselho fiscal.

§2° - O conselho fiscal elegerá, dentre seus membros, o seu presidente.

Apresentado(
Prot. n.°.....
Averbado(a)
do livro ___

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Art. 26 – O conselho fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, para examinar as contas da diretoria executiva e emitir parecer que será assinado por todos os seus membros.

Art. 27 – Compete ao conselho fiscal:

I – fiscalizar todo o movimento financeiro da associação, ou seja, suas receitas e despesas;

II – verificar se livros contábeis e fiscais, exigidos pela legislação específica, estão sendo utilizados com zelo e bem guardados;

III – fazer relatório circunstanciado de quaisquer perícias levadas a efeito, encaminhando-o ao presidente da diretoria executiva, para posterior análise e votação em assembléia geral.

IV – examinar a procedência dos motivos alegados pela diretoria para recusar pedidos de inscrições de sócios e, da mesma forma, de atos de exoneração que não se fundamentam em iniciativa dos próprios associados;

V – convocar assembléia geral quando houver motivos graves e urgentes, comunicando se necessário aos órgãos competentes.

CAPÍTULO V

Das Eleições

Art. 28 – A eleição para os membros da diretoria executiva e do conselho fiscal, dar-se-á por votação direta e secreta.

§1° - As chapas com os nomes para preenchimento dos cargos acima citados, serão registradas na própria assembléia geral.

§2° - Não pode votar e ser votado na assembléia geral o associado que:

I – tenha sido admitido após a convocação;
II – esteja na infringência de qualquer disposição constante deste estatuto.

§3° - É permitida a reeleição, por mais um mandato consecutivo, a qualquer cargo eletivo da associação, dos membros da diretoria executiva e do conselho fiscal.

Art. 29 – Considerar-se-á eleito o candidato que obtiver maioria simples dos votos dos associados às eleições.

§1° - Havendo empates entre as chapas, será vitoriosa aquela cujo candidato a presidente for mais velho.

CAPÍTULO VI

Da Contabilidade

Apresentado(a) nesta
Prot. n.°
Averbado(a) no Registro
do Livro

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Art. 30 – Os serviços de contabilidade, subordinados à tesouraria, são organizados segundo normas gerais de contabilidade e das disposições deste estatuto, cabendo ao contador, entre outros, os seguintes encargos:

I – orientar o tesoureiro no preenchimento e manutenção de livro caixa na sede da associação;

II – preparar o plano de contas, observando as normas oficiais, e organizar a execução dos registros da contabilidade geral, com a anuência do gerente;

III – assessorar o tesoureiro em todos os assuntos de natureza contábil;

IV – manter sempre em dia os serviços contábeis a seu cargo;

V – levantar, mensalmente, o balancete, um demonstrativo comparado da execução orçamentária e outros considerados necessários ao estudo do desenvolvimento das operações que lhe sejam solicitados pela tesouraria ou pela diretoria e disponibilizá-los ao conselho fiscal;

VI – responsabilizar-se pelo exame aritmético, moral e legal dos documentos submetidos e pelo registro na contabilidade geral;

VII – responsabilizar-se pela guarda dos livros e documentos relacionados à contabilidade;

VIII – transmitir à diretoria as informações que lhe julgar convenientes sobre o andamento dos serviços contábeis;

IX – prestar à tesouraria, à diretoria, aos conselho fiscal e à assembléia geral os esclarecimentos que lhe forem solicitados sobre o estado da contabilidade e dos negócios sociais.

CAPÍTULO VII

Do Patrimônio, Fundos e Rendas

Art. 31 – O patrimônio e os fundos da associação serão constituídos:

I – das contribuições dos sócios;
II – das subvenções, auxílios, donativos, legados e etc.;
III – das rendas patrimoniais;
IV – dos bens móveis e imóveis pertencentes à associação;
V – dos resultados das atividades sociais não compreendidas nas alíneas anteriores;
VI – das quotas ou frações ideais do patrimônio, de titularidade dos associados.

Art. 32 – Para a manutenção da associação, esta contará com os recursos financeiros advindos das contribuições dos associados (pagamento de jóia de admissão e anuidade); das subvenções; dos auxílios, donativos, legados e etc.; das rendas patrimoniais; e dos resultados das atividades sociais não compreendidas nas alíneas anteriores e dos eventos beneficentes.

Art. 33 – A Jóia de admissão no valor de R$ 15,00 (quinze reais), cobrada dos novos associados no ato de sua admissão, e a anuidade no valor de R$120,00 (cento vinte reais) paga pelos associados fundadores e efetivos, serão constituídas com a finalidade de formar renda e cobrir despesas administrativas da associação.

Apresentado(a)
Prot. n.º
Averbado(a) à
do Livro

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

§1° - A anuidade de que trata este artigo, deverá ser paga em doze (12) parcelas mensais no valor de R$10,00 (dez reais), até o dia 10 do mês seguinte ao do vencido.

§2° - Tanto o valor da jóia quanto o valor da anuidade, serão corrigidos anualmente pelo mesmo índice aplicado ao salário mínimo vigente, por ato do governo federal.

Art. 34 – Os saldos apropriados, no fim de cada exercício, deverão ser aplicados na formação patrimonial, da aquisição de bens móveis, títulos, etc..

CAPÍTULO VIII

Dos Livros

Art. 35 – A associação deve ter os seguintes livros:

I – de matricula, fichas ou cadastros;
II – de ata das assembléias gerais;
III – de ata das reuniões da diretoria
IV – de ata do conselho fiscal;
V – de presença dos associados nas assembléias gerais;
VI – livro caixa;
VII – outros fiscais e contábeis obrigatórios.

§1° - É facultada a adoção, no livro de matrícula, de folhas soltas ou fichas.

§2° - Todo e quaisquer livro da associação, serão numerados tipograficamente, ou manualmente, ou, ainda, por carimbo, sempre com a rubrica do diretor presidente, exceto os livros fiscais e de contabilidade que a dispensarem.

CAPÍTULO IX

Da Dissolução

Art. 36 – A associação dissolver-se-á por deliberação da assembléia geral, para este fim especialmente convocada, e mediante votação favorável de 2/3 (dois terços) dos associados inscritos.

Art. 37 – Dissolvida a associação, o remanescente do seu patrimônio líquido, depois de deduzidas, se for o caso, as quotas ou frações ideais de titularidade dos associados, será destinada à Associação dos Portadores de Deficiência Física e Mental, da cidade de Campo Alegre de Goiás – ASPDECA, ou inexistente essa, por deliberação dos associados, à uma instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes.

CAPÍTULO X

Das Disposições Gerais e Transitórias

Apresentado(a) nes
Prot. n.°
Averbado(a) à marg
do livro

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Art. 38 – A diretoria "Ad referendum" da assembléia geral poderá desmembrar os serviços previstos neste estatuto, bem como criar outros necessários ao melhor atendimento dos objetivos técnicos e sociais da associação.

Art. 39 – O exercício de qualquer cargo efetivo será gratuito, ressalvando as despesas de viagens e representações em favor da associação, desde que comprovadas.

Art. 40 – A filiação da associação em entidades afins dá-se sem o comprometimento de sua autonomia e patrimônio, quando aprovado em assembléia geral.

Art. 41 – Os ocupantes de cargos sociais, eleitos pela assembléia geral, tanto a diretoria executiva quanto o conselho fiscal, terão seus mandatos no período definido neste estatuto, ou seja, de dois (02) anos.

Art. 42 – É vedado à associação a discussão ou disseminação de qualquer questão de caráter religioso, social ou político partidário e da cessão de suas dependências para reuniões de pessoal ou instituições nesta proibição.

Art. 43 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as deliberações da diretoria referendados pela assembléia geral.

Art. 44 – Este estatuto foi aprovado em assembléia geral de constituição e adequação, aprovada no dia 25 de novembro de 2.005, à 20 horas, passando a vigorar a partir do seu registro em cartório e publicação no Diário Oficial do Estado, através de extrato de ata onde consta referência resumida de seu conteúdo

Campo Alegre de Goiás, 25 de Novembro de 2.005.

Presidente Secretário

Tesoureiro

DR. EDIVALDO DE JESUS REIXOTO
OAB/GO Nº 10.300

Apresentado(a) nesta
Prot. n.º
Averbado(a) sob
... livro

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003703A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Apresentado(a) nesta data para averbação.
Prot. n.º 2.948 às fls. 96 do livro 2-A
Averbado(a) à margem do n.º 440-444 fls. 76
do livro 135-A Campo Alegre de Goiás 03/04/2006.
O Oficial

Abadia de Paula Lucas
Tabeliã e Oficiala
CPF 002.989.281-86
Roberto Lucas
Esc. e Sub. Oficial
CPF 025.879.521-49

02.563.344/0001-3
CARTÓRIO DO PRIMEIRO OFÍCIO E REGISTRO DE IMÓVEIS - CARTÓRIO MIGUEL LUCAS
Av. Bernardo Sayão n.º 906
CEP 76.765-000
Campo Alegre de Goiás - GO

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA PAULISTA DE ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO FISCAL.

Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às dezenove horas, na sede da Associação dos Produtores Rurais da fazenda Paulista e região, zona rural, neste município de Campo Alegre de Goiás, Estado de Goiás, CEP 75795000, em 1ª chamada reuniram-se em Assembleia Geral ordinária, os associados, quites com as obrigações estatutárias e, conforme edital de convocação, datado de 09/12/2025, afixado na sede da associação e presidida pelo então presidente **Reginaldo Peixoto**. Após verificada a presença dos sócios e do Advogado **Dr. Edivaldo de Jesus Peixoto**, brasileiro, solteiro, regularmente inscrito na OAB/GO n.º 10.300, residente e domiciliado na Rua Elias Eleutério, n.º 65, Bairro Centro, nesta cidade de Campo Alegre de Goiás-GO, o Presidente asseverou das formalidades legais para realização da eleição da nova Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, para o mandato de 01 de janeiro de 2026 até 31 de dezembro de 2027, no período de dois anos, em seguida convocou os membros para realização, restando eleita por unanimidade a chapa apresentada pelo sócio Reginaldo Peixoto, passando à seguinte composição da nova **Diretoria Executiva**: **Presidente: Reginaldo Peixoto,** brasileiro, solteiro, fazendeiro, CPF n.º 022.970.961-35, R. G. n.º 5082529 – SSP/GO, residente e domiciliado na Fazenda Paulista, zona rural, neste município de Campo Alegre de Goiás-GO; **Vice Presidente: Ronivaldo Ribeiro Peixoto,** brasileiro, casado, agricultor, CPF n.º 517.345.751-15 e R. G. n.º 2918977 – SSP/GO, residente e domiciliado na Fazenda Mariquita, zona rural, neste município de Campo Alegre de Goiás-GO; **Tesoureiro: José Aguiar da Silva,** brasileiro, casado, fazendeiro, CPF n.º 471.050.701-53 e R. G. n.º 2462393 – SSP/GO, residente e domiciliado na Rua São Paulo, n.º 126, Bairro Bela Vista, nesta cidade de Campo Alegre de Goiás-GO; **Secretário: Marco Thúlio Pereira Costa Muniz,** brasileiro, solteiro, médico veterinário, CPF n.º 033.957.541-70 e R. G. n.º 6039675 – SSP/GO, residente e domiciliado na Avenida Presidente Costa e Silva, n.º 114, Centro, nesta cidade de Campo Alegre de Goiás-GO e nova composição para o **Conselho Fiscal** com o seguintes membros: **José do Nascimento Santos,** brasileiro, casado, fazendeiro, CPF n.º 262.107.564-81 e R. G. n.º 1626471 – SSP/GO, residente e domiciliado no Sítio Nossa Senhora da Guia, zona rural, neste município de Campo Alegre de Goiás, Estado de Goiás-GO; **Valdivino José da Silva,** brasileiro, casado, fazendeiro, CPF n.º 081.690.981-49 e R. G. n.º 1032771 – SSP/GO, residente e domiciliado na Fazenda Paulista, zona rural, neste município de Campo Alegre de Goiás-GO; **Damaso Albino Pereira,** brasileiro, casado, fazendeiro, CPF n. º 019.090.291-49 e R. G. n.º 72933 – SSP/go, residente e domiciliado na Fazenda Paulista, zona rural, neste município de Campo Alegre de Goiás-GO, tendo como **Suplentes: João Batista Pereira,** brasileiro, solteiro, fazendeiro, CPF n.º 450.706.871-15 e R. G. n.º 2300633 – SSP/GO, residente e domiciliado na Fazenda Paulista, zona rural, neste município de Campo Alegre de Goiás-GO, **Fabiano Francisco do Nascimento,** brasileiro, viúvo, fazendeiro, CPF n.º 941.603.761-34 e R. G. n.º 4100498 – SSP/GO, residente e domiciliado na Avenida Álvaro Teixeira Filho, 1031, Bairro Santa Catarina, nesta cidade de Campo Alegre de Goiás-GO e **Ronivaldo Ribeiro Peixoto Filho,** brasileiro,

Dr. Edivaldo de Jesus Peixoto
OAB-GO 10.300

Autenticar documento em https://alego.digital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

solteiro, produtor rural, CPF n.º 037.559.271-79 e R. G. n.º 5944716 – SSP/GO. Também contou com a presença dos associados Mauro Aureliano Peixoto, Jurandir Aureliano Peixoto e Evando Aureliano Peixoto. Após o encerramento da apuração o Presidente da Assembleia declarou eleita e empossada a Diretoria Executiva e Conselho Fiscal retro explicitados e identificados, para o período de dois anos a ter início no dia 01 de janeiro de 2026 e término no dia 31 de dezembro de 2027, definido no Estatuto desta Associação. Com a palavra o Presidente eleito, pugnou pela continuidade dos trabalhos desenvolvidos pela associação e cumprimento às normas estatutárias. Nada mais havendo a declarar, o Presidente dá por encerrada a Assembleia. Eu, Marco Thúlio Pereira Costa Muniz, secretariei e lavrei a presente ata, após lida e aprovada por todos assino com o Presidente e todos os demais membros empossados, presentes, Advogado e os participantes abaixo: Dr, Edivaldo de Jesus Peixoto, Reginaldo Peixoto, Ronivaldo Ribeiro Peixoto, José Aguiar da Silva, Marco Thúlio Pereira Costa Muniz, José Nascimento Santos, Valdivino José da Silva, Damásio Albino Pereira, João Batista Pereira, Fabiano Francisco do Nascimento, Ronivaldo Ribeiro Peixoto Filho, Mauro Aureliano Peixoto, Jurandir Aureliano Peixoto e Evando Aureliano Peixoto.

Esta é uma cópia fiel do livro de atas e que por todos assinada

Reg. Públicos e Tabelionatos de Campo Alegre de G

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DE GOIÁS

025189AA045685

Cartório Patrícia Rosa Paes - Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas e Títulos e Documentos de Campo Alegre de Goiás

PESSOAS JURIDICAS - Livro A

Apresentado hoje para AVERBAÇÃO sob n.º AV-6, protocolizado e digitalizado sob nº 12.590 à margem do Registro nº 226 do Livro nº A-8 folha(s) nº 171/174 . Dou fé. Campo Alegre de Goiás-GO, 22 de janeiro de 2026.

Selo: 04672601224757730660004 - Consulte em: https://see.tjgo.jus.br/bu

Emol.: R$ 76,09; Tx. Judiciária: R$ 18,78; Fundos: 18,46; ISSQN: R$ 2,28;

Total: R$ 116,60

Cleide Dias de Oliveira

Escrevente Plano

'QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO'

Associação dos Produtores Rurais da Fazenda Paulista

Fazenda Paulista, zona rural, Campo Alegre de Goiás - GO CEP 75.795-000

Dr. Edivaldo de Jesus Peixoto
OAB-GO 300

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A005004504100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

fls. 21

LISTA DE VOTANTES PARA A ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA GERAL E CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA PAULISTA E REGIÃO.

A diretoria executiva e conselho fiscal reuniram-se no dia 09 de janeiro de 2026, na sede da Associação dos Produtores Rurais da Fazenda Paulista, presidida pelo atual presidente Reginaldo Peixoto, brasileiro, solteiro, produtor rural, CPF n.º 022.970.961-35, residente e domiciliado na Fazenda Paulista, zona rural, KM 10, da GO 213, neste município de Campo Alegre de Goiás, Estado de Goiás, após verificada a presença dos associados, o presidente observou as formalidades legais para a realização da eleição da nova diretoria e do conselho fiscal, em seguida convocou os membros presentes para a sua realização, sendo eleita por unanimidade a chapa única apresentada, onde teve como participantes desta eleição os seguinte sócios (associados):

Reginaldo Peixoto CPF 022.970.961.35,
Reinivaldo Ribeiro Peixoto. C.P.F. 517.345.751-15,
José Xavier da Silva CPF 471050701.53,
Marco Túlio Pereira Costa Muniz CPF 033957541-70,
x José do Nascimento Santos 262 107 461-87,
x Valdivino José da Silva CPF 016909861.49
x João Batista Farias C.P.F. 450.706.871-15,
x Ramão Alves Silva CPF 019.090.291-49
x Fabiano Francisco do Nascimento 947603761 34,
x Reinaldo Ribeiro Peixoto Filho CPF: 037559271-79,
x Evando Aureliano Peixoto 376.464.351-87,
Luiz Henrique dos Santos CPF 731.131.311-20,
x Jonathan Araújo de Pereira 354693841.72,
Mauro Aureliano Peixoto 375 692 521-87,

Dr. Edivaldo de Jesus Peixoto
OAB-GO 10.300

Autenticar documento em https://validador.oficial.pr.gov.br/ com o identificador 3200330035003600370039003700 3A005004E2004100 0, documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA PAULISTA E REGIÃO.

Prezados Senhores a Associados,

O presidente da Associação dos Produtores Rurais da Fazenda Paulista e região, no uso de suas atribuições, convoca todos os associados para Assembleia Geral a se realizar no próximo dia 09 de Dezembro de 2025, em sua sede na Fazenda Paulista Zona Rural, neste município de Campo Alegre de Goiás, iniciando os trabalhos às 19 horas com a seguinte ordem do dia:

1. Votação, eleição e posse dos membros da diretoria executiva e do conselho fiscal para o biênio de 01 de janeiro de 2026 até 31 de dezembro de 2027.

Campo Alegre de Goiás, 03 de Novembro de 2025.

Reginaldo Peixoto

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

fls. 23

REQUERIMENTO

Ilma. Sra. Oficiala do Registro de Pessoas Jurídicas de Campo Alegre de Goiás

Nome completo: Reginaldo Peixoto,

CPF: 022.970.961-35, nacionalidade: Brasileiro,

estado civil: solteiro, convive em união estável: ( ) Sim ( ) Não,

filho de (nome da mãe) Luzia Bernardes Leite,

(nome do pai): Ricardo Peixoto de Jesus,

profissão fazendeiro, residente e domiciliado(a)

na Fazenda Paulista, Zona Rural, Campo Alegre de Goiás/GO.

vem, pelo presente, requerer as averbações no Livro A de Pessoas Jurídicas dos documentos:

Ata, Edital e Lista de votantes

Nestes termos,

pede deferimento.

Campo Alegre de Goiás, 15 de janeiro de 2026.

Reginaldo Peixoto

Assinatura

Serviços de Reg. Públicos e Tabelionatos de Campo Alegre de Goiás

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DE GOIÁS
Cartório Patrícia Rosa Paes - Registro de Imóveis, RTD P J,
Tabelionato de Notas e Protesto de Campo Alegre de Go ás
Fones: (64) 99933-2354
025189AA043939

Reconheço por SEMELHANÇA à assinatura indicada d REGINALDO PEIXOTO posto que análoga à constante de nossos ar quivos, do que DOU FÉ. Campo Alegre de Goiás-GO, 22 de Janeiro de 2026 às 10:33.

Cleide Dias de Oliveira
Escrevente pleno

Emol.: R$7,43, Fundos: R$1,80, ISS: R$0,22, Total: R$9,45.
Selo: 04672601214841724300011
Consulte em: http://see.tjgo.jus.br/buscas

'QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO'

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLÉIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA PAULISTA E REGIÃO.

Prezados Senhores a Associados,

O presidente da Associação dos Produtores Rurais da Fazenda Paulista e região, no uso de suas atribuições, convoca todos os associados para Assembleia Geral a se realizar no próximo dia 09 de Dezembro de 2025, em sua sede na Fazenda Paulista Zona Rural, neste município de Campo Alegre de Goiás, iniciando os trabalhos às 19 horas com a seguinte ordem do dia:

1. Votação, eleição e posse dos membros da diretoria executiva e do conselho fiscal para o biênio de 01 de janeiro de 2026 até 31 de dezembro de 2027.

Campo Alegre de Goiás, 09 de Dezembro de 2025.

Reginaldo Peixoto

Reginaldo Peixoto

Cartório de Reg. Públicos e Tabelionatos de Campo Alegre de Goiás

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DE GOIÁS 025189AA043343
Cartório Patrícia Rosa Paes - Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas e Títulos e Documentos de Campo Alegre de Goiás

PESSOAS JURIDICAS - Livro A

Apresentado hoje para AVERBAÇÃO sob n.º AV-5, protocolizado e digitalizado sob nº 12.589 à margem do Registro nº 226 do Livro nº A-8 folha(s) nº 167/170. Dou fé. Campo Alegre de Goiás GO, 22 de janeiro de 2026.

Selo: 04672601224757730660003 - Consulte em: http://selo.tjgo.jus.br/buscaselo
Emol.: R$ 76,09, Tx. Judiciária: R$ 19,78, Fundos: 18,45, ISSQN: R$ 2,28; Total: R$ 116,60

Cleide Dias de Oliveira
Escrevente Técnico

'QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO'

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA PAULISTA

CNPJ 02.084.501/0001-29

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

Eu, Reginaldo Peixoto, Presidente da ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA PAULISTA, CPF nº 022.970.961-35, declaro, sob as penas da lei, e para que produzam todos os efeitos jurídicos, que todos os documentos enviados, inclusive os referentes ao estatuto, ata de eleição, comprovante de inscrição no CNPJ e atestado de efetivo funcionamento e serviço desinteressado à coletividade são autênticos e íntegros, condizendo integralmente com os documentos originais.

Campo Alegre de Goiás/GO, 13 de julho de 2026.

_____

Reginaldo Peixoto

Presidente

CPF 022.970.961-35

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade

com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA PAULISTA
CNPJ: 02.084.501/0001-29

DECLARAÇÃO DE EFETIVO FUNCIONAMENTO

Eu, Reginaldo Peixoto, Presidente da ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA PAULISTA, CPF nº 022.970.961-35, declaro, sob as penas da lei, e para que produzam todos os efeitos jurídicos, que todos os documentos enviados, inclusive os referentes ao estatuto, ata de eleição, comprovantes de inscrição no CNPJ e atestado de efetivo funcionamento e serviço desinteressado à coletividade são autênticos e íntegros, condizendo integralmente com os documentos originais.

Campo Alegre de Goiás/GO, 13 de julho de 2026.

_____

Reginaldo Peixoto
Presidente
CPF 022.970.961-35

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

CERTIDÃO

CERTIFICO, para os fins devidos, que esta (a) foi publicado (a) no placar da Prefeitura local, destinado à publicação e divulgação dos atos Administrativos e Legislativos do Município, conforme Art. 29 da Lei nº 5.886/93.

Campo Alegre de Goiás, 20/04/2017

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Campo Alegre de Goiás
CAMINHO DO PROGRESSO

LEI MUNICIPAL Nº 1144/2017, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Declara de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais da Fazenda Paulista e Região e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Campo Alegre de Goiás aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais da Fazenda Paulista e Região, inscrita no CNPJ/MF nº 02.084.501/0001-29, Inscrição Estadual nº 10.368.844-7, com sede na Rodovia GO 213, KM 10, Zona Rural, Município de Campo Alegre de Goiás.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre de Goiás, aos 20 (vinte) dias do mês de Abril de 2017.

José Antônio Neto Siqueira
Prefeito Municipal

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA PAULISTA E REGIÃO

Ofício

Campo Alegre - GO, 09 de janeiro de 2026.

À Sua Excelência o Senhor ANTÔNIO GOMIDE Deputado Estadual – Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO) Palácio Maguito Vilela – Gabinete Parlamentar Goiânia – GO

Assunto: Solicitação de apresentação de Projeto de Lei para Declaração de Utilidade Pública Estadual.

Excelentíssimo Senhor Deputado,

1. Pelo presente instrumento, a Associação de Produtores Rurais da Fazenda Paulista e Região, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº02.084.501/0001-29 , neste ato representada por seu Presidente, Sr. Reginaldo Peixoto, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, pleitear a intercessão deste Gabinete para a propositura de Projeto de Lei visando à declaração da entidade como de Utilidade Pública Estadual.

2. A referida Associação desempenha papel fundamental no fomento à agricultura familiar e no desenvolvimento sustentável da região, promovendo a organização social, a capacitação técnica e a defesa dos interesses dos produtores rurais locais. As atividades desenvolvidas pela entidade revestem-se de notório interesse coletivo, contribuindo diretamente para a segurança alimentar e a economia do município.

3. Ressalta-se, para fins de instrução técnica, que a entidade já teve seu trabalho reconhecido em âmbito local, possuindo a Declaração de Utilidade Pública Municipal, conforme a Lei Municipal nº 1144/2017 , de 20 de abril de 2017, sancionada pelo Poder Executivo local.

4. A obtenção do título de Utilidade Pública Estadual é imprescindível para que a Associação possa ampliar seu raio de atuação, firmar convênios, parcerias e acessar recursos estaduais destinados ao fortalecimento do setor produtivo rural, conforme preceitua a legislação vigente no Estado de Goiás.

5. Cientes do histórico de Vossa Excelência na defesa da agricultura familiar e do movimentos sociais, submetemos a documentação anexa para análise jurídica de sua assessoria, a fim de comprovar o preenchimento dos requisitos legais (Lei Estadual nº 17.562/2012 e alterações), a saber:

Cópia do Estatuto Social registrado em cartório; Ata de Eleição e Posse da atual Diretoria; Cópia da Lei de Declaração de Utilidade Pública Municipal; Relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas nos últimos anos; Atestado de idoneidade moral de seus diretores; Demonstrativos contábeis/fiscais.

6. Certos de contar com o apoio e a sensibilidade política de Vossa Excelência para esta demanda de alto relevo social, colocamo-nos à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Respeitosamente,

Reginaldo Peixoto

Reginaldo Peixoto

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 320035003500360037003900370003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

ESTATUTO SOCIAL

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA PAULISTA E REGIÃO

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, DURAÇÃO, SEDE E OBJETIVO

Art. 1º - É instituída a associação de desenvolvimento comunitário dos produtores rurais da Fazenda Paulista e Região, originária de movimento espontâneo entre os habitantes das comunidades locais, destinada à representação e defesa dos produtores associados.

I – A associação dos produtores rurais da Fazenda Paulista e Região, nos dispositivos que se seguem passará a ser referida como ASSOCIAÇÃO;

II – A Associação terá sua sede administrativa na fazenda Paulista, no município de Campo Alegre de Goiás e foro jurídico na comarca de Ipameri, Estado de Goiás, podendo ter dependências e representações em outros locais.

III – O prazo de duração da associação é indeterminado e o ano social compreendido no período de 1º de janeiro a 31 de Dezembro.

IV – A área de ação, para efeito de admissão de associados, abrange o município de Campo Alegre de Goiás, especificamente na região da Fazenda Paulista e regiões próximas, do município de Campo Alegre de Goiás, Estado de Goiás.

Art. 2º - A Associação reger-se-á pelo presente estatuto e leis que lhe forem aplicáveis.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS SOCIAIS

Art. 3º - A associação é uma entidade civil, sem fins econômicos, de duração indeterminada, com base na colaboração recíproca a que se obrigam seus associados, objetivando:

I – Promover o desenvolvimento comunitário, através da realização de obras e melhoramentos, com recursos próprios ou obtidos por doações, subvenções ou empréstimos e proporcionar aos associados e aos seus dependentes, atividades econômicas, sociais e assistenciais;

Apresentado(a) Prot. d[illegible] Averbado(a) à m[illegible] de livro O Oficial

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

II – Obtenção de financiamentos para associação e associados, através de linhas de crédito rural normal ou programas especiais, tais como FCO, PRONAF e outros;

III – Dar condições para os produtores organizados em grupos, na busca de soluções comuns;

IV – Racionalizar as atividades de coleta, transporte, beneficiamento, armazenamento, classificação, embalagem e outras necessárias à produção de seus associados;

V – Providenciar assistência técnica e informação de mercado ao quadro social;

VI – Fazer e manter atualizado o cadastro dos produtores e de suas propriedades;

VII – Facilitar o acesso dos produtores, aos mecanismos da política agrícola: preços mínimos, crédito rural, assistência técnica e pesquisa;

VIII – Buscar a colocação dos produtores no mercado, através da comercialização, facilitando o acesso mais direto dos produtores com o mercado e os consumidores;

IX - Representar os interesses dos seus associados, onde se fizerem necessários.

CAPÍTULO III

DOS ASSOCIADOS

SEÇÃO I

Admissão, Direitos e Deveres

Art. 4º - Podem ser admitidos pela associação, salvo se houver impossibilidade técnica de prestação de serviços por parte desta, todos os produtores, suas esposas, companheiras e filhos maiores de 18 anos, que se dediquem às atividades agrícolas, em imóvel de sua propriedade ou ocupado por processo legítimo, dentro da área de ação da associação, tendo livre disposição de sua pessoas e bens, que concorde com as disposições deste estatuto e que não pratique atividades que possa prejudicar ou colidir com os interesses e objetivos da entidade.

§1º - O número de associados é ilimitado, quanto ao máximo, não podendo, contudo, ser inferior a dez (10) pessoas físicas.

§2º - São admitidas as seguintes categorias de associados:

I – Fundadores – os que participaram da assembléia geral de fundação, constando seus nomes na ata de fundação;

II – Efetivos – os admitidos posteriormente.

Apresen
Prot. n.º
Averbe
do livr

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Art. 5° - Para ser admitido, o interessado deverá preencher a respectiva proposta de admissão, assinando-a com outros dois associados proponentes.

I – aprovada a sua proposta pela diretoria, o candidato fornece os dados para sua ficha cadastral, paga a jóia de admissão e a anuidade em vigor, assinando o livro de matrícula juntamente com o diretor;

II – o pagamento da jóia de admissão e da anuidade complementa a sua admissão na associação;

Art. 6° - Cumprido o disposto no artigo anterior, o associado adquire todos os direitos e assume os deveres e as obrigações decorrentes deste estatuto e das deliberações tomadas pela associação.

Parágrafo Único – todos os associados terão iguais direitos, sem quaisquer vantagens por categoria.

Art. 7° - São direitos dos associados fundadores e efetivos:

I – votar e ser votado;
II – fazer parte das assembléias gerais, discutindo e votando os assuntos que nela sejam tratados;
III – apresentar, por escrito, à diretoria ou à assembléia medidas de interesse da associação;
IV – demitir-se da associação, quando lhe convier, desde que com ela esteja quite;
V – propor a admissão de novos associados;
VI – realizar com a associação as operações que constituem os seus objetivos;
VII – solicitar, por escrito, informações sobre as atividades da associação e, a partir da data da publicação do edital de convocação das assembléias gerais, consultar na sede da sociedade os livros, contabilidade e documentos que devem estar à disposição do associado.

Art. 8° - São deveres dos sócios:

I – realizar com a associação todas as operações que constituem seus objetivos econômicos e sociais;
II – promover o engrandecimento moral, cultural e material da associação, cumprindo as determinações constantes do presente estatuto, regimento e deliberações das assembléias gerais;
III – estar quite com a associação;
IV – desempenhar, com dedicação os cargos para os quais fora eleito ou nomeado;
V – prestar à associação esclarecimentos relacionados com as atividades que lhe facultam associarem.

Art. 9° - Os direitos e as obrigações dos associados falecidos contraídas com a associação, e os oriundos de sua responsabilidade perante terceiros passam aos seus herdeiros.

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Parágrafo Único – Os associados não respondem subsidiariamente pelas obrigações assumidas pela associação.

SEÇÃO II

Demissão, Eliminação e Exclusão

Art. 10 – A demissão do associado, que não pode ser negada, dá-se unicamente a seu pedido.

Parágrafo Único – O pedido é requerido ao diretor presidente, sendo por este levada à diretoria em sua primeira reunião, averbada no livro de matrícula, mediante termo assinado pelo diretor presidente, e imediatamente comunicada, por escrito, ao requerente.

Art. 11 – A eliminação do associado, que é aplicada em virtude de infração deste estatuto, é feita por decisão da diretoria, depois de notificação prévia ao infrator.

§1° - Além de outros motivos, a diretoria deve eliminar o associado que:

a) venha exercer qualquer atividade considerada prejudicial à associação ou que colida com seus objetivos sociais;
b) levar a associação à prática de atos judiciais, para obter o cumprimento de obrigações por ele contraídas;
c) cometa falta grave contra a associação, tentando ludibriar quaisquer dos seus poderes ou manifestando-se em termos ofensivos contra seu crédito moral, bem como atos que prejudiquem seu conceito público;
d) deixe de pagar suas anuidade e contribuições;
e) preste à associação informações inverídicas.

§2° – Os motivos que a determinaram devem constar de termo lavrado nos livros de matrícula e assinado pelo diretor presidente.

§3° - Cópia autenticada da decisão será remetida dentro do prazo de trinta (30) dias ao interessado, por processo que comprove data de remessa e do recebimento.

§4° - O associado eliminado pode, dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da data de recebimento da notificação, intervir mediante recurso, tendo efeito suspensivo até a primeira assembléia geral.

Art. 12 – A exclusão do associado é feita:

I – por dissolução da pessoa jurídica;
II – por morte da pessoa física;
III – por incapacidade civil não suprimida.

Apresentado(a) n
Prot. n.°
Averbado(a) à m
livro
Oficial

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

§1° - A exclusão do associado, nos termos deste artigo, é feita por decisão da diretoria e lavrada no livro de matrícula.

Art. 13 – Em qualquer caso de demissão, eliminação ou exclusão, o associado não tem direito à restituição de colaboração financeira de qualquer espécie, bem como dos fundos existentes e/ou de quota ou fração ideal do patrimônio da associação.

Art. 14 - Os deveres do associado perduram para os demitidos, eliminados e excluídos, até que sejam aprovadas pela assembléia geral as contas do exercício em que se deu o desligamento.

Art. 15 – As jóias, anuidades dos associados e demais taxas ou despesas instituídas em atraso, poderão, a critério da diretoria, serem cobradas via extra judicial ou judicial.

CAPÍTULO IV

DOS ÓRGÃOS

Art.16 – A associação será dirigida pelos seguintes órgãos:

I – Assembléia Geral;
II – Diretoria Executiva;
III – Conselho Fiscal.

§1° - O exercício de qualquer das funções requeridas, para funcionamento dos órgãos referidos neste artigo, não será remunerado.

§2° - É vedado o exercício cumulativo de cargos, exceto a participação na assembléia geral.

SEÇÃO I

Das Assembléias Gerais

Art. 17 – A assembléia geral é órgão superior, com poderes para deliberar sobre todos os assuntos de interesse da associação, podendo ser ordinária ou extraordinária:

I – a convocação da assembléia geral se dará por edital, expedido com 08 dias de antecedência, contendo data, horário, local e a pauta;
II – são legítimos para convocar a assembléia geral, o Presidente; o Conselho Fiscal ou 1/5 (um quinto) dos associados;
III – presidirá a assembléia geral o Presidente, representante do Conselho fiscal ou qualquer associado, escolhido por aclamação dos presentes, quando estes a convocar;

Apresentado(a) nesta
Prot. n.°
Averbado(a) à margem
do livro

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

IV – o associado presente à assembléia geral, tem direito a apenas um (01) voto, não podendo ser representado por procuração.

§1° - A Assembléia Geral ordinária, reunir-se-á anualmente, nos três primeiros meses do ano, sendo necessário para sua instituição:

I – quorum :

a) em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos associados; e
b) em segunda e última convocação, meia hora após, com a presença de qualquer número de associados.

II – com competência para deliberar sobre:

a) relatório de gestão da diretoria;
b) contas da diretoria, balanço demonstrativo e patrimonial;
c) eleição dos membros da diretoria executiva e conselho fiscal;
d) o plano de trabalho anual; e
e) outros assuntos de interesse da associação.

§2° - A assembléia geral extraordinária reunir-se-á tantas vezes se fizerem necessárias, sendo obrigatório para sua instalação:

I – Quorum:

a) em primeira convocação, com a presença de 2/3 dos associados presentes à assembléia geral; e
b) em segunda e última convocação, meia hora após, com a presença da maioria absoluta dos associados, não podendo deliberar com menos de 1/3 dos associados e, não havendo esse número mínimo, para atender à convocação, será fixada nova data para realização da assembléia.

II – com competência privativa para deliberar sobre:

a) reformar o estatuto;
b) fusão, incorporação ou desdobramento;
c) mudança de objetivo da associação;
d) destituir, a qualquer tempo, membros da diretoria executiva e do conselho fiscal;
e) autorizar a realização de empréstimo e outras obrigações pecuniárias e, também, constituição de garantias caso exigidas;
f) autorizar a alienação de bens obsoletos ou sem utilidades;
g) autorizar realização de contratos ou convênios com órgãos e/ou entidades;
h) deliberar sobre a dissolução voluntária da associação e neste caso nomear os liquidantes e votar as respectivas contas.

SEÇÃO II

Da Diretoria Executiva

Art. 18 – A associação é administrada por uma diretoria composta de cinco membros, todos associados, eleitos pela assembléia geral para um mandato de 02 (dois)

Apresentado(a) nesta
Prot. n.°
Averbado(a) à margem
do livro
O Oficial

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

anos, com os títulos de diretor presidente, diretor vice presidente, diretor tesoureiro, diretor secretário.

Art. 19 – A diretoria é regida pelas seguintes normas:

I – reúne-se ordinariamente, uma vez por mês, e extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do diretor presidente, da maioria da própria diretoria, ou ainda, do conselho fiscal;

II – delibera, validamente, com presença da maioria dos seus membros, proibida a representação, sendo as decisões tomadas por maioria simples dos votos presentes, reservado ao diretor presidente o exercício do voto de desempate;

III – as deliberações são consignadas em atas circunstanciadas, lavradas em livro próprio, lidas, aprovadas no final dos trabalhos pelos membros presentes.

§1° - Nos impedimentos por prazos inferiores a 90 (noventa) dias, ou vagando a qualquer tempo, algum cargo da diretoria, assumirão os suplentes, exceção no cargo de diretor presidente, onde assumirá o diretor vice presidente.

§2° - Se ficar vago, por qualquer tempo, mais da metade dos cargos da diretoria, deve o diretor presidente ou os demais membros, se a presidência estivar vaga, ou ainda o conselho fiscal, convocar a assembléia geral para o devido preenchimento.

§3° - O substituto exerce o cargo somente até o final do mandato de seu antecessor.

§4° - Perde automaticamente o cargo, o membro da diretoria que, sem justificativa faltar a três (03) reuniões consecutivas ou seis (06), durante o ano, após notificação expressa ao faltante.

Art. 20 – Compete à diretoria, dentro dos limites deste estatuto, atendidas às decisões recomendações da assembléia geral, planejar e traçar normas para as operações e serviços da associação e controlar os resultados.

§1° - No desempenho de suas funções, cabe-lhe, dentre outras, as seguintes atribuições:

I – programar as operações e serviços, estabelecendo qualidades, valores, prazos, taxas, encargos e demais condições necessárias à sua efetivação;

II – estabelecer, em condições normativas ou administrativas, sanções ou penalidades a serem aplicadas nos casos de violação ou abusos cometidos contra disposições deste estatuto ou das regras de relacionamento com a associação;

III – determinar as taxas destinadas a cobrir as despesas dos servidores da associação;

IV – avaliar e providenciar o montante dos recursos financeiros e das necessidades para o atendimento das operações e serviços;

V – estimular a rentabilidade das operações e serviços, bem como sua viabilidade;

VI – fixar as despesas de administração em orçamentos anual, que indique a fonte dos recursos para sua cobertura.

Apresentado(a) hoje
Prot. n.°
Averbado(a) à margem
do livro fls. 35
O Oficial

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Art. 21 – Ao diretor presidente cabe, entre outras, as seguintes atribuições:

I – supervisionar as atividades da associação, através de verificações e contatos assíduos com a gerência;

II – assinar, juntamente com o diretor secretário ou outro diretor designado pela diretoria, contratos, convênios, termos de cessão e uso de comodato e demais documentos constitutivos de obrigações;

III – convocar e presidir reuniões da diretoria e, normalmente, as assembléias gerais;

IV – assinar cheques bancários, juntamente com o diretor financeiro ou gerente;

V – apresentar à assembléia geral ordinária relatório de gestão, balanço demonstrativo anual, com parecer do conselho fiscal;

VI – representar ativa e passivamente a associação em juízo ou fora dele.

Art. 22 – Ao diretor vice presidente, cabe assessorar e assistir, permanentemente, o trabalho do diretor presidente, substituindo-o nos seus impedimentos.

Art. 23 – Compete ao secretário:

I – organizar e dirigir todos os assuntos de secretaria da associação;

II – substituir o presidente e vice presidente em suas ausências ou impedimentos;

III – assinar com o presidente a correspondência da associação.

Art. 24 – Compete ao tesoureiro:

I – manter livro caixa, na sede da associação, com os lançamento de débitos e créditos sempre atualizados;

II – responder pela guarda dos valores e títulos da associação;

III – movimentar constas bancárias e emitir cheques, juntamente com o presidente;

IV – substituir os secretários em suas ausências ou impedimentos;

V – disponibilizar, mensalmente, os balancetes para serem apreciados pelo conselho fiscal.

SEÇÃO III

Do Conselho Fiscal

Art. 25 – O conselho fiscal é composto por três (03) membros, eleitos pela assembléia geral, dentre os associados em pleno gozo de seus direitos, com mandato de dois (02) anos.

§1° - Serão eleitos, também, três (03) suplentes para o conselho fiscal.

§2° - O conselho fiscal elegerá, dentre seus membros, o seu presidente.

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A0050005200410 0; Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Apresentado(
Prot. n.º
Averbado(a)
do livro

Art. 26 – O conselho fiscal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, para examinar as contas da diretoria executiva e emitir parecer que será assinado por todos os seus membros.

Art. 27 – Compete ao conselho fiscal:

I – fiscalizar todo o movimento financeiro da associação, ou seja, suas receitas e despesas;

II – verificar se livros contábeis e fiscais, exigidos pela legislação específica, estão sendo utilizados com zelo e bem guardados;

III – fazer relatório circunstanciado de quaisquer perícias levadas a efeito, encaminhando-o ao presidente da diretoria executiva, para posterior análise e votação em assembléia geral.

IV – examinar a procedência dos motivos alegados pela diretoria para recusar pedidos de inscrições de sócios e, da mesma forma, de atos de exoneração que não se fundamentam em iniciativa dos próprios associados;

V – convocar assembléia geral quando houver motivos graves e urgentes, comunicando se necessário aos órgãos competentes.

CAPÍTULO V

Das Eleições

Art. 28 – A eleição para os membros da diretoria executiva e do conselho fiscal, dar-se-á por votação direta e secreta.

§1° - As chapas com os nomes para preenchimento dos cargos acima citados, serão registradas na própria assembléia geral.

§2° - Não pode votar e ser votado na assembléia geral o associado que:

I – tenha sido admitido após a convocação;

II – esteja na infringência de qualquer disposição constante deste estatuto.

§3° - É permitida a reeleição, por mais um mandato consecutivo, a qualquer cargo eletivo da associação, dos membros da diretoria executiva e do conselho fiscal.

Art. 29 – Considerar-se-á eleito o candidato que obtiver maioria simples dos votos dos associados às eleições.

§1° - Havendo empates entre as chapas, será vitoriosa aquela cujo candidato a presidente for mais velho.

CAPÍTULO VI

Da Contabilidade

Apresentado(a) nesta
Prot. n.°
Averbado(a) à margem
do livro

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Art. 30 – Os serviços de contabilidade, subordinados à tesouraria, são organizados segundo normas gerais de contabilidade e das disposições deste estatuto, cabendo ao contador, entre outros, os seguintes encargos:

I – orientar o tesoureiro no preenchimento e manutenção de livro caixa na sede da associação;

II – preparar o plano de contas, observando as normas oficiais, e organizar a execução dos registros da contabilidade geral, com a anuência do gerente;

III – assessorar o tesoureiro em todos os assuntos de natureza contábil;

IV – manter sempre em dia os serviços contábeis a seu cargo;

V – levantar, mensalmente, o balancete, um demonstrativo comparado da execução orçamentária e outros considerados necessários ao estudo do desenvolvimento das operações que lhe sejam solicitados pela tesouraria ou pela diretoria e disponibilizá-los ao conselho fiscal;

VI – responsabilizar-se pelo exame aritmético, moral e legal dos documentos submetidos e pelo registro na contabilidade geral;

VII – responsabilizar-se pela guarda dos livros e documentos relacionados à contabilidade;

VIII – transmitir à diretoria as informações que lhe julgar convenientes sobre o andamento dos serviços contábeis;

IX – prestar à tesouraria, à diretoria, aos conselho fiscal e à assembléia geral os esclarecimentos que lhe forem solicitados sobre o estado da contabilidade e dos negócios sociais.

CAPÍTULO VII

Do Patrimônio, Fundos e Rendas

Art. 31 – O patrimônio e os fundos da associação serão constituídos:

I – das contribuições dos sócios;
II – das subvenções, auxílios, donativos, legados e etc.;
III – das rendas patrimoniais;
IV – dos bens móveis e imóveis pertencentes à associação;
V – dos resultados das atividades sociais não compreendidas nas alíneas anteriores;
VI – das quotas ou frações ideais do patrimônio, de titularidade dos associados.

Art. 32 – Para a manutenção da associação, esta contará com os recursos financeiros advindos das contribuições dos associados (pagamento de jóia de admissão e anuidade); das subvenções; dos auxílios, donativos, legados e etc.; das rendas patrimoniais; e dos resultados das atividades sociais não compreendidas nas alíneas anteriores e dos eventos beneficentes.

Art. 33 – A Jóia de admissão no valor de R$ 15,00 (quinze reais), cobrada dos novos associados no ato de sua admissão, e a anuidade no valor de R$120,00 (cento vinte reais) paga pelos associados fundadores e efetivos, serão constituídas com a finalidade de formar renda e cobrir despesas administrativas da associação.

Apresentado(a)
Prot. n.º
Averbado(a) à

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A0050005200410 0; Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

§1° - A anuidade de que trata este artigo, deverá ser paga em doze (12) parcelas mensais no valor de R$10,00 (dez reais), até o dia 10 do mês seguinte ao do vencido.

§2° - Tanto o valor da jóia quanto o valor da anuidade, serão corrigidos anualmente pelo mesmo índice aplicado ao salário mínimo vigente, por ato do governo federal.

Art. 34 – Os saldos apropriados, no fim de cada exercício, deverão ser aplicados na formação patrimonial, da aquisição de bens móveis, títulos, etc..

CAPÍTULO VIII

Dos Livros

Art. 35 – A associação deve ter os seguintes livros:

I – de matricula, fichas ou cadastros;
II – de ata das assembléias gerais;
III – de ata das reuniões da diretoria
IV – de ata do conselho fiscal;
V – de presença dos associados nas assembléias gerais;
VI – livro caixa;
VII – outros fiscais e contábeis obrigatórios.

§1° - É facultada a adoção, no livro de matrícula, de folhas soltas ou fichas.

§2° - Todo e quaisquer livro da associação, serão numerados tipograficamente, ou manualmente, ou, ainda, por carimbo, sempre com a rubrica do diretor presidente, exceto os livros fiscais e de contabilidade que a dispensarem.

CAPÍTULO IX

Da Dissolução

Art. 36 – A associação dissolver-se-á por deliberação da assembléia geral, para este fim especialmente convocada, e mediante votação favorável de 2/3 (dois terços) dos associados inscritos.

Art. 37 – Dissolvida a associação, o remanescente do seu patrimônio líquido, depois de deduzidas, se for o caso, as quotas ou frações ideais de titularidade dos associados, será destinada à Associação dos Portadores de Deficiência Física e Mental, da cidade de Campo Alegre de Goiás – ASPDECA, ou inexistente essa, por deliberação dos associados, à uma instituição municipal, estadual ou federal, de fins idênticos ou semelhantes.

CAPÍTULO X

Das Disposições Gerais e Transitórias

Apresentado(a) nes
Prot. n.°
Averbado(a) à marg
do livro

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Art. 38 – A diretoria "Ad referendum" da assembléia geral poderá desmembrar os serviços previstos neste estatuto, bem como criar outros necessários ao melhor atendimento dos objetivos técnicos e sociais da associação.

Art. 39 – O exercício de qualquer cargo efetivo será gratuito, ressalvando as despesas de viagens e representações em favor da associação, desde que comprovadas.

Art. 40 – A filiação da associação em entidades afins dá-se sem o comprometimento de sua autonomia e patrimônio, quando aprovado em assembléia geral.

Art. 41 – Os ocupantes de cargos sociais, eleitos pela assembléia geral, tanto a diretoria executiva quanto o conselho fiscal, terão seus mandatos no período definido neste estatuto, ou seja, de dois (02) anos.

Art. 42 – É vedado à associação a discussão ou disseminação de qualquer questão de caráter religioso, social ou político partidário e da cessão de suas dependências para reuniões de pessoal ou instituições nesta proibição.

Art. 43 – Os casos omissos serão resolvidos de acordo com as deliberações da diretoria referendados pela assembléia geral.

Art. 44 – Este estatuto foi aprovado em assembléia geral de constituição e adequação, aprovada no dia 25 de novembro de 2.005, à 20 horas, passando a vigorar a partir do seu registro em cartório e publicação no Diário Oficial do Estado, através de extrato de ata onde consta referência resumida de seu conteúdo

Campo Alegre de Goiás, 25 de Novembro de 2.005.

Presidente Secretário

Tesoureiro

DR. EDIVALDO DE JESUS REIXOTO
OAB/GO Nº 10.300

Apresentado(a) neste
Prot. nº
Averbado(a) sob nº
Livro

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Apresentado(a) nesta data para averbação.
Prot. n.º 2.348 às fls. 46 do livro 2-A
Averbado(a) à margem do n.º 46-414 fls. 76
do livro 35-A Campo Alegre de Goiás 03/02/2006.
O Oficial

Abadia de Paula Lucas
Tabeliã e Oficiala
CPF 002.969.291-68
Roberto Lucas
Esc. e Sub. Oficial
CPF 025.879.531-39

02.563.344/0001-34
CARTÓRIO DO PRIMEIRO OFÍCIO E REGISTRO DE IMÓVEIS - CARTÓRIO MIGUEL LUCAS
Av. Bernardo Sayão n.º 906
CEP 76.765-000
Campo Alegre de Goiás - GO

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

ESTADO DE GOIÁS
PREF MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE DE GOIAS
FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA - CONTRIBUINTE

DADOS DO CONTRIBUINTE

Nome / Razão Social: ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA PAULISTA
CPF/CNPJ: 02.084.501/0001-29
Endereço: FAZ PAULISTA **Bairro:** ZONA RURAL **Cidade:** CAMPO ALEGRE DE GOIÁS-GO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Certifica-se, para os fins de direito, que o 1 - Contribuinte supra citado, NÃO POSSUI DÉBITOS AMIGÁVEIS OU AJUIZADOS , de natureza tributária perante a Fazenda Pública Municipal, relativos aos tributos administrados pela **PREF MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE DE GOIAS**, até a presente data.

Ressalvando o direito da Fazenda Pública Municipal de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas e constituídas, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda.

Finalidade: CND - 2025

Dados de Autenticação	QR. Code
Certidão Número: 13016 - 1 **Emitido em:** sexta-feira, 12 de dezembro de 2025 **Validade:** 10/02/2026 **Código de Verificação:** yZVp1YuGTqiT	

SEBASTIAO FERNANDES DE SOUSA NETO

©PREF MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE DE GOIAS - Impresso por SEBASTIAO FERNANDES DE SOUSA NETO em sexta-feira, 12 de dezembro de 2025 às 14:13:55

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA PAULISTA (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 02.084.501/0001-29
Certidão nº: 73860663/2025
Expedição: 02/12/2025, às 09:11:33
Validade: 31/05/2026 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA PAULISTA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **02.084.501/0001-29**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

ESTADO DE GOIAS
SECRETARIA DE ESTADO DA ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA ESTADUAL
SUPERINTENDENCIA DE RECUPERACAO DE CREDITO

CERTIDAO DE DEBITO INSCRITO EM DIVIDA ATIVA - NEGATIVA

NR. CERTIDÃO: Nº 58116291

IDENTIFICAÇÃO:

NOME:
ASSOCIACAO PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA PAULISTA

CNPJ
02.084.501/0001-29

DESPACHO (Certidao valida para a matriz e suas filiais):

NAO CONSTA DEBITO

FUNDAMENTO LEGAL:

Esta certidao e expedida nos termos do Paragrafo 2 do artigo 1, combinado com a alinea 'b' do inciso II do artigo 2, ambos d
IN nr. 405/1999-GSF, de 16 de de dezembro de 1999, alterada pela IN nr. 828/2006-GSF, de 13 de novembro de 2006 e
constitui documento habil para comprovar a regularidade fiscal perante a Fazenda Publica Estadual, nos termos do inciso III
do art. 68 da Leinr. 14.133, de 01 de abril de 2021.

SEGURANÇA:

Certidao VALIDA POR 60 DIAS.
A autenticidade pode ser verificada pela INTERNET, no endereco:
https://goias.gov.br/economia/
Fica ressalvado o direito de a Fazenda Publica Estadual inscrever na divida
ativa e COBRAR EVENTUAIS DEBITOS QUE VIEREM A SER APURADOS.

VALIDADOR: 5.555.656.861.360

EMITIDA VIA INTERNET

SGTI-SEFAZ:

LOCAL E DATA: GOIANIA, 2 DEZEMBRO DE 2025

HORA: 9:10:11:0

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Voltar Imprimir

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 02.084.501/0001-29

Razão Social: ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA PAULISTA

Endereço: FAZ PAULISTA S/N / ZONA RURAL / CAMPO ALEGRE DE GOIAS / GO / 75795-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:30/11/2025 a 29/12/2025

Certificação Número: 2025113004110693670624

Informação obtida em 02/12/2025 09:11:07

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: ASSOCIACAO DOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA PAULISTA
CNPJ: 02.084.501/0001-29

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:06:15 do dia 02/12/2025 <hora e data de Brasília>.
Válida até 31/05/2026.
Código de controle da certidão: **D75B.6842.F9CB.2138**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE MORAL E AUSÊNCIA DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Eu, Reginaldo Peixoto, brasileiro, casado, fazendeiro, portador do RG nº 246293 SSP-GO, CPF 471.050.701-53 Residente e domiciliado na Rua São Paulo nº 126, Bairro Bela Vista na cidade de Campo Alegre de Goiás, DECLARO para os devidos fins de direito e sob as penas da Lei (Lei nº 7.115/83 e Art. 299 do Código Penal) que todos os membros filiados são:

1. São pessoas de idoneidade moral ilibada, gozando de boa reputação e conduta social e profissional inalterada, nada havendo que desabone minha conduta.
2. Não possui antecedentes criminais e não responde, na data de hoje, a inquérito policial, processo criminal ou condenação judicial transitada em julgado (definitiva) por crime ou contravenção, no Brasil ou no exterior.

Estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados falsos na presente declaração implica em sanções civis e criminais, incluindo reclusão e multa.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente em duas vias de igual teor e forma para os devidos fins.

Campo Alegre de Goiás 12 de dezembro de 2025

Reginaldo Peixoto

REGINALDO PEIXOTO
CPF: 471.050.701-53

Ronivaldo Ribeiro Peixoto

RONIVALDO RIBEIRO PEIXOTO
CPF: 517.345.751-15

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

José Aguiar da Silva

JOSÉ AGUIAR DA SILVA
CPF: 471.050.701-53

Marco Thúlio Pereira Costa Muniz

MARCO THULIO PEREIRA COSTA MUNIZ
CPF: 033.957.541-70

José do Nascimento Santos

JOSE DO NASCIMENTO SANTOS
CPF: 262.107.461-87

Valdivino José da Silva

VALDIVINO JOSE DA SILVA
CPF: 081.690.981-49

Damaso Albino Pereira

DAMASO ALBINO PEREIRA
CPF: 019.090.291-49

João Batista Pereira

JOÃO BATISTA PEREIRA
CPF: 450.706.871-15

ADÃO MONTEIRO DOS SANTOS
CPF:

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Ronivaldo Ribeiro Peixoto Filho

RONIVALDO RIBEIRO PEIXOTO FILHO
CPF: 037.559.271-79

João José da Silva

JOÃO JOSE DA SILVA
CPF: 228.286.801-34

Fabiano Francisco do Nascimento

FABIANO FRANCISCO DO NASCIMENTO
CPF: 941.603.761-34

Mauro A. Peixoto

MAURO AURELIANO PEIXOTO
CPF: 375.692.521-87

Luiz Henrique dos Santos

LUIZ HENRIQUE DOS SANTOS
CPF: 731.131.311-20

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

RELATORIO DE ATIVIDADES

A **Associação dos Produtores Rurais da Fazenda Paulista**, CNPJ nº 02.084.501/0001-29 e Inscrição Estadual no CCE nº 10.368.844-7, com endereço na Fazenda Paulista SN Zona Rural, vem por meio deste apresentar as atividades apresentadas à comunidade, declaramos que atualmente oferecemos serviços rurais, tais como preparo do solo, e colheita e silagem.

Para tal, nomeio como forma de comunicação relativa ao presente pedido, o seguinte endereço eletrônico (e-mail): equilibrioeac@gmail.com

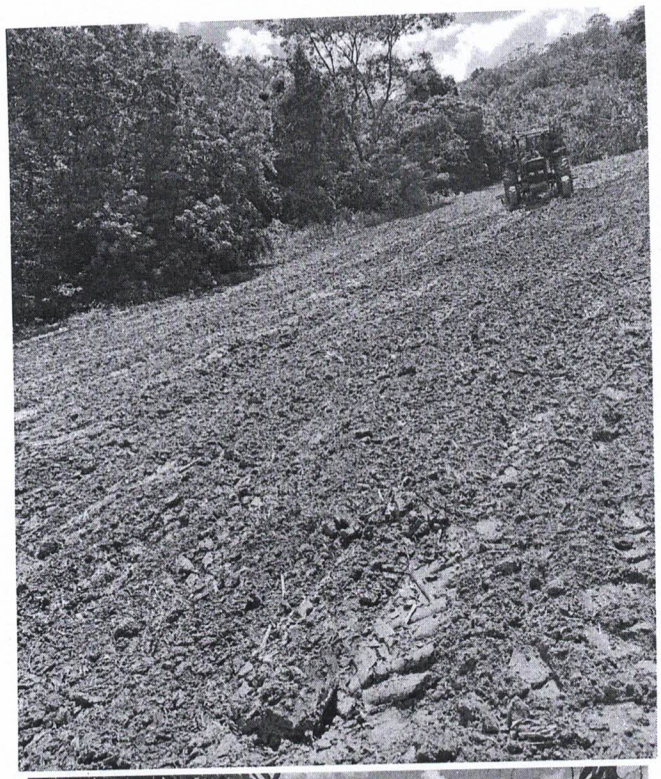
Campo Alegre de Goiás 12 de dezembro de 2025.

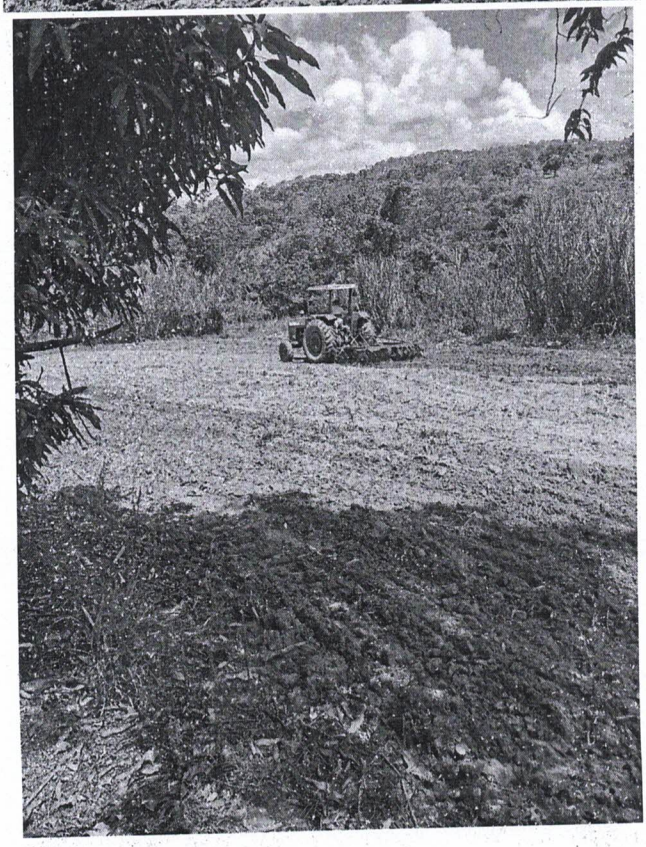
Reginaldo Peixoto

REGINALDO PEIXOTO
PRESIDENTE
CPF: 471.050.701-53

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

ANEXO





Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

ATA DE ELEIÇÃO E POSSE

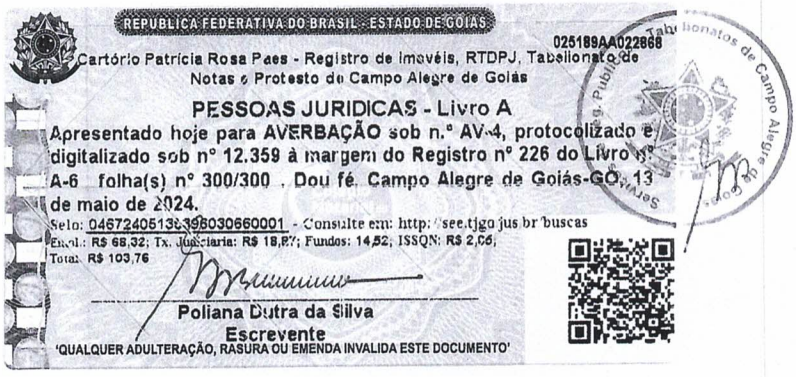
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA PAULISTA E REGIÃO.

A diretoria executiva e conselho fiscal reuniram-se no dia 04 de janeiro de 2024, na sede da Associação dos Produtores Rurais da Fazenda Paulista e região, presidida pelo atual presidente, Ronivaldo Ribeiro Peixoto, casado, agricultor, portador do RG n° 2918977 - SSP/GO, CPF n° 517.345.751-15, residente e domiciliado na Fazenda Mariquita, Rodovia Municipal dos Peixotos, 5 km à direita, Zona rural, neste município de Campo Alegre de Goiás-GO. Após verificar a presença dos sócios, o presidente observou as formalidades legais para a realização da eleição da nova diretoria, em seguida convocou os membros presentes para sua realização, sendo eleita por unanimidade a chapa formada pelo sócio Reginaldo Peixoto, solteiro, fazendeiro, portador do RG: 5082529 SSP/GO, CPF n° 022.970.961-35, residente e domiciliado na Fazenda Paulista, Zona rural, neste município de Campo Alegre de Goiás-GO. Após a eleição prosseguiu-se a reunião. O atual presidente falou do seu mandato e agradeceu a todos os sócios que foram parceiros em todo o tempo em que precisou de ajuda. Por último, desejou boa sorte a nova diretoria eleita para um novo mandato de 02 anos, que se inicia em janeiro/2024 e se finda em dezembro/2025. Dando continuidade à reunião, empossou a nova **DIRETORIA** eleita, composta pelos seguintes sócios: **Presidente: Reginaldo Peixoto**, já qualificado; **Vice Presidente: Ronivaldo Ribeiro Peixoto**, já qualificado; **Tesoureiro: José Aguiar da Silva**, casado, fazendeiro, portador do RG n° 2462393 - SSP/GO, CPF n° 471.050.701-53, residente e domiciliado na Rua São Paulo, n° 126, Bairro Bela Vista, nesta cidade de Campo Alegre de Goiás-GO; **Secretário: Marco Thúlio Pereira Costa Muniz**, solteiro, médico veterinário, portador do RG n° 6039675 – SSP/GO, CPF n° 033.957.541-70, residente e domiciliado na Avenida Presidente Costa e Silva, n°114, Centro, em Campo Alegre de Goiás-GO. **CONSELHO FISCAL**, composto por: **José do Nascimento Santos**, casado, fazendeiro, portador do RG n° 1626471 - SSP/GO, CPF n° 262.107.461-87, residente e domiciliado no Sitio Nossa Senhora da Guia, Zona rural, neste município de Campo Alegre de Goiás-GO; **Valdivino Jose da Silva** casado, fazendeiro, portador do RG n° 1032771 - SSP/GO, CPF n° 081.690.981-49, residente e domiciliado Fazenda Paulista, neste município de Campo Alegre de Goiás-GO; **Damaso Albino Pereira** casado, fazendeiro, portador do RG n° 72933 - SSP/GO, CPF n° 019.090.291-49, residente e domiciliado na Fazenda Paulista, Zona rural, neste município de Campo Alegre de Goiás-GO. **SUPLENTES: João Batista Pereira,** solteiro, fazendeiro, portador do RG n° 2300633 - SSP/GO, CPF n° 450.706.871-15, residente e domiciliado na Fazenda Paulista, Zona rural, neste município de Campo Alegre de Goiás-GO; **Adão Monteiro Dos Santos**, casado, fazendeiro, portador do RG n° 375596 - SSP/GO, CPF n° 015.659.901-53, residente e domiciliado na Fazenda Paulista, Zona rural, em Campo Alegre de Goiás-GO; **Ronivaldo Ribeiro Peixoto Filho**, solteiro, produtor rural, portador do RG n° 5944716 SSP/GO, CPF n° 037.559.271-79, residente e domiciliado na Joviano Galdino, Q18, L. 06 – Bairro Céu Azul, neste município de Campo Alegre de Goiás-GO. Passando a palavra para os eleitos, os mesmos disseram que

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade com o identificador 3200330035003600370038003700 3A005005200410, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

precisam do apoio de todos para fazer cumprir o estatuto da associação. Nada mais a tratar, deu-se por encerrada a reunião, determinaram que eu, secretário, Marco Thúlio Pereira Costa Muniz, já qualificado, lavrasse a presente ata, que após ser lida e aprovada será por todos assinada. (aa) Ronivaldo Ribeiro Peixoto; (aa) Reginaldo Peixoto; (aa) Marco Thúlio Pereira Costa Muniz; (aa) Damaso Albino Pereira; (aa) João Batista Pereira; (aa) José Aguiar da Silva; (aa) Valdivino José da Silva; (aa) Adão Monteiro dos Santos; (aa) José do Nascimento Santos; (aa) Luiz Henrique dos Santos; (aa) Ronivaldo Ribeiro Peixoto Júnior.

Esta é uma cópia fiel ao livro de atas e que será por todos assinada.


REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL - ESTADO DE GOIAS

025189AA022866

Cartório Patrícia Rosa Paes - Registro de Imóveis, RTDPJ, Tabelionato de Notas e Protesto de Campo Alegre de Goiás

PESSOAS JURIDICAS - Livro A

Apresentado hoje para AVERBAÇÃO sob n.º AV-4, protocolizado e digitalizado sob nº 12.359 à margem do Registro nº 226 do Livro nº A-6 folha(s) nº 300/300 . Dou fé. Campo Alegre de Goiás-GO, 13 de maio de 2024.

Selo: 04672405138398030660001 - Consulte em: http://see.tjgo.jus.br/buscas

Emol.: R$ 68,32; Tx. Judiciaria: R$ 18,87; Fundos: 14,52; ISSQN: R$ 2,06;

Total: R$ 103,76

Poliana Dutra da Silva

Escrevente

'QUALQUER ADULTERAÇÃO, RASURA OU EMENDA INVALIDA ESTE DOCUMENTO'

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade com o identificador 3200330035003600370039003700 3A005000520041 00, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

LISTA DE VOTANTES PARA A ELEIÇÃO DA NOVA DIRETORIA GERAL DA ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA PAULISTA E REGIÃO.

A diretoria executiva e conselho fiscal reuniram-se no dia 04 de janeiro de 2024, na sede da Associação dos Produtores Rurais da Fazenda Paulista e Região, presidida pelo atual presidente, Ronivaldo Ribeiro Peixoto, casado, agricultor, portador do RG n° 2918977 - SSP/GO, CPF n° 517.345.751-15, residente e domiciliado na Fazenda Mariquita, Rodovia Municipal dos Peixotos, 5 km à direita, Zona rural, neste município de Campo Alegre de Goiás-GO. Após verificar a presença dos sócios, o presidente observou as formalidades legais para a realização da eleição da nova diretoria, em seguida convocou os membros presentes para sua realização, sendo eleita por unanimidade a chapa formada pelo sócio Reginaldo Peixoto, solteiro, fazendeiro, portador do RG: 5082529 SSP/GO, CPF n° 022.970.961-35, residente e domiciliado na Fazenda Paulista, Zona rural, neste município de Campo Alegre de Goiás-GO. Participaram da eleição da nova diretoria os seguintes sócios:

Marco Túlio Pereira Costa Muniz. CPF: 033.957.541-70
Adão Monteiro da Fonseca CPF 015 659 901.53
+ Ronivaldo Ribeiro Peixoto. CPF 517.345.751-15
Luiz Henrique dos Santos CPF 733.133.311-20
José do Nascimento Santos CPF. 262.107.461-87
José Aguiar da Silva CPF. 471 050 701-53
Adão Batista Teixeira CPF. 450 706 871-15
Hermes Alves Pereira CPF 019 090 291-49
Reginaldo Peixoto CPF 022.970.961-35
Valdivino Leal da Silva CPF 081 690 961 49
Ronivaldo Ribeiro Peixoto, Filho CPF 037 559 271-79

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Nº 385536512025

Ministério da Justiça e Segurança Pública
Polícia Federal

ePol - SINIC

Sistema Nacional de Informações Criminais

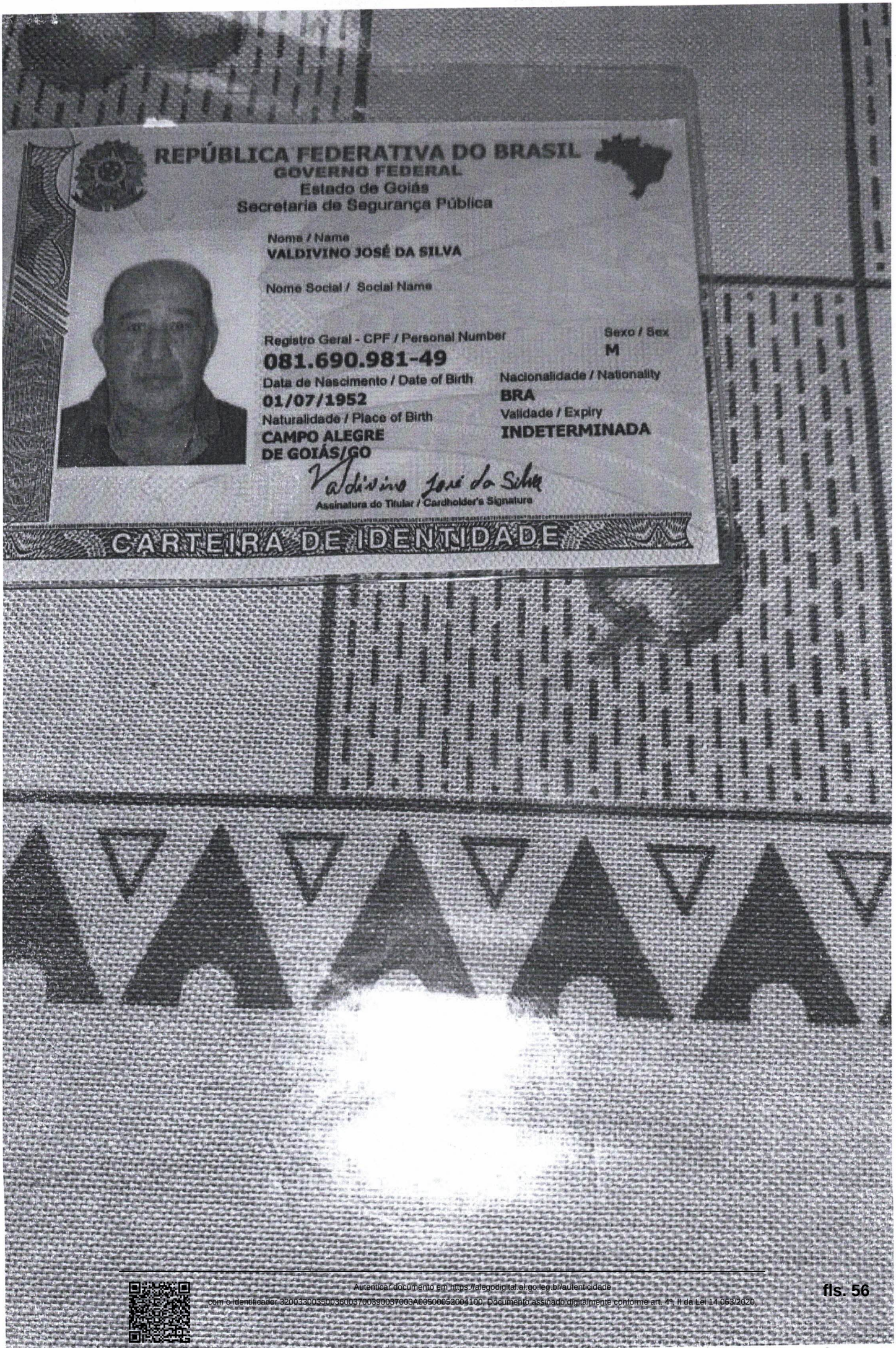
Certidão de Antecedentes Criminais

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que, até a presente data, **NÃO CONSTA** condenação com trânsito em julgado em nome de **VALDIVINO JOSÉ DA SILVA**, país de nacionalidade Brasil, filho(a) de ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA e DOMINGAS DE ALMEIDA PIRES, nascido(a) aos 01/07/1952, natural de Campo Alegre de Goiás-GO, CPF 081.690.981-49.

Esta certidão foi expedida em **09/12/2025** às **15:46** (horário de Brasília/DF GMT-3) com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/", e digitando o número da certidão 385536512025.

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
Este documento é válido por 90 dias. Código identificador 320033003500360037003900370003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200320035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003703A005000520041 00, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Ministério da Justiça e Segurança Pública
Polícia Federal

N° 387555612025

ePol - SINIC
Sistema Nacional de Informações Criminais

Certidão de Antecedentes Criminais

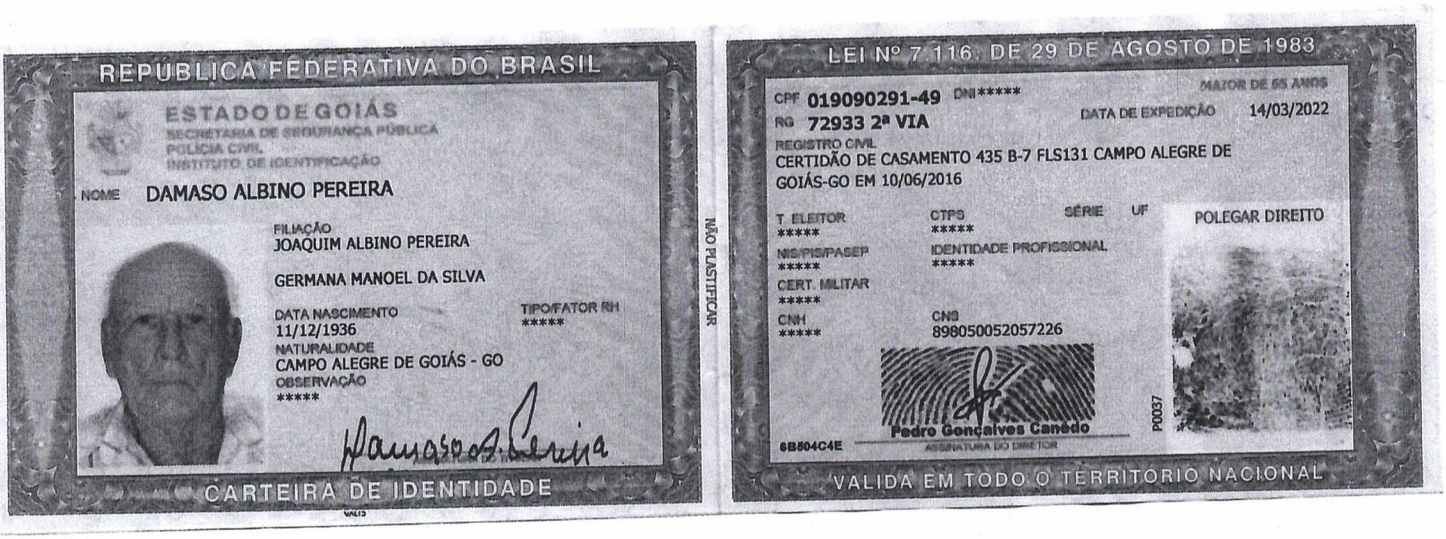
A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que, até a presente data, **NÃO CONSTA** condenação com trânsito em julgado em nome de **DAMASO ALBINO PEREIRA**, país de nacionalidade Brasil, filho(a) de JOAQUIM ALBINO PEREIRA e GERMANA MANOELA DA SILVA, nascido(a) aos 11/12/1936, natural de Campo Alegre de Goiás-GO, CPF 019.090.291-49.

Esta certidão foi expedida em **12/12/2025** às **14:54** (horário de Brasília/DF GMT-3) com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/", e digitando o número da certidão 387555612025.

Este documento é válido por 90 dias.

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
Código identificador 320033003500360037003900370003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.



Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Nº 387279882025

Ministério da Justiça e Segurança Pública
Polícia Federal

ePol - SINIC
Sistema Nacional de Informações Criminais

Certidão de Antecedentes Criminais

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que, até a presente data, **NÃO CONSTA** condenação com trânsito em julgado em nome de **JOAO BATISTA PEREIRA**, país de nacionalidade Brasil, filho(a) de DAMASO ALBINO PEREIRA e ONORINDA PIO PEREIRA, nascido(a) aos 24/06/1968, natural de Campo Alegre de Goiás-GO, CPF 450.706.871-15.

Esta certidão foi expedida em **12/12/2025** às **09:08** (horário de Brasília/DF GMT-3) com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/", e digitando o número da certidão 387279882025.

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Este documento é válido por 30 dias.

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRANSITO

BR

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2 e 1 NOME E SOBRENOME
JOAO BATISTA PEREIRA

1ª HABILITAÇÃO
04/12/1986



3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
24/06/1968 CAMPO ALEGRE DE GOIAS/GO

4a DATA EMISSÃO
29/04/2024

4b VALIDADE
26/04/2029

ACC
[redacted]

D

4c DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
2300633 SSP GO

4d CPF
450.706.871-15

5 Nº REGISTRO
04618249262

9 CAT. HAB.
C

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
DAMASO ALBINO PEREIRA

HONORINDA PIO PEREIRA

7 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12
ACC			
A			
A1			
B		26/04/2029	
B1			
C		26/04/2029	
C1			

9	10	11	12
D			
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES
A

LOCAL
GOIANIA, GO

Delegado Waldir
PRESIDENTE DETRAN - GO

ASSINATURA DO EMISSOR

88836388554
GO173714153

GOIÁS

27902990880

27902990880

27902990880

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Nº 384784282025

Ministério da Justiça e Segurança Pública
Polícia Federal

ePol - SINIC

Sistema Nacional de Informações Criminais

Certidão de Antecedentes Criminais

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que, até a presente data, **NÃO CONSTA** condenação com trânsito em julgado em nome de **JOAO JOSE DA SILVA**, país de nacionalidade Brasil, filho(a) de ANTONIO JOSE DA SILVA e DOMINGAS PIRES DA SILVA, nascido(a) aos 15/03/1956, natural de Campo Alegre de Goiás-GO, CPF 228.286.801-34.

Esta certidão foi expedida em **08/12/2025** às **15:23** (horário de Brasília/DF GMT-3) com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/", e digitando o número da certidão 384784282025.

Este documento é válido por 90 dias.

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

13:53 71

HABILITAÇÃO

Verifique autenticidade do QR Code com o app Vio

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2790228046

2 e 1 NOME E SOBRENOME
JOAO JOSE DA SILVA

1ª HABILITAÇÃO
07/01/1986

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
15/03/1956, CAMPO ALEGRE DE GOIAS, GO

4a DATA EMISSÃO
24/04/2024

4b VALIDADE
23/04/2029

ACC

D

4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF
531671 SSP GO

4d CPF
228.286.801-34

5 Nº REGISTRO
01737597500

9 CAT HAB
B

NACIONALIDADE
BRASILEIRO(A)

FILIAÇÃO
ANTONIO JOSE DA SILVA

DOMINGAS PIRES DA SILVA

7 ASSINATURA DO PORTADOR

Histórico de emissões da CNH

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00 00032004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Nº 384782512025

Ministério da Justiça e Segurança Pública
Polícia Federal

ePol - SINIC

Sistema Nacional de Informações Criminais

Certidão de Antecedentes Criminais

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que, até a presente data, **NÃO CONSTA** condenação com trânsito em julgado em nome de **JOSE AGUIAR DA SILVA**, país de nacionalidade Brasil, filho(a) de JOVENALDO JOSE DA SILVA e GENI SOUZA SILVA, nascido(a) aos 29/03/1969, natural de Goiás-GO, CPF 471.050.701-53.

Esta certidão foi expedida em **08/12/2025** às **15:21** (horário de Brasília/DF GMT-3) com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/", e digitando o número da certidão 384782512025.

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
Este documento é válido por 30 dias. com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

5067488260

2 e 1 NOME E SOBRENOME
JOSE AGUIAR DA SILVA

1ª HABILITAÇÃO
26/04/1989

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
29/03/1969, GOIAS, GO

4a DATA EMISSÃO
10/10/2025

4b VALIDADE
09/10/2030

ACC

D

4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF
6229152 SSP GO

4d CPF
471.050.701-53

5 Nº REGISTRO
01301929289

9 CAT HAB
C

NACIONALIDADE
BRASILEIRO(A)

FILIAÇÃO
JOVENALDO JOSE DA SILVA

GENI SOUZA SILVA

7 ASSINATURA DO PORTADOR

	9	10	11	12
ACC				
A				
A1				
B			09/10/2030	
B1				
C			09/10/2030	
C1				

	9	10	11	12
D				
D1				
BE				
C1				
C1E				
DE				
D1E				

12 OBSERVAÇÕES
EAR

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
14063845605
GO185460151

LOCAL
GOIANIA, GO

GOIÁS

5067488260

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos – Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir – 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento – 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión – 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valida Hasta – ACC – 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora – 4d. CPF – 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir – 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoria de Permisos de Conducir – Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad – Filiação / Filiation / Filiación – 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA013019292<894<<<<<<<<<<<<
6903295M3010091BRA<<<<<<<<<<<0
JOSE<<AGUIAR<DA<SILVA<<<<<<<<<<

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

Ministério da Justiça e Segurança Pública
Polícia Federal

N° 384779742025

ePol - SINIC
Sistema Nacional de Informações Criminais

Certidão de Antecedentes Criminais

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que, até a presente data, **NÃO CONSTA** condenação com trânsito em julgado em nome de **FABIANO FRANCISCO DO NASCIMENTO**, país de nacionalidade Brasil, filho(a) de JORCELINO FRANCISCO DO NASCIMENTO e ORLANDA PIRES DO NASCIMENTO, nascido(a) aos 27/05/1981, natural de Ipameri-GO, CPF 941.603.761-34.

Esta certidão foi expedida em **08/12/2025** às **15:19** (horário de Brasília/DF GMT-3) com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/", e digitando o número da certidão 384779742025.

Este documento é válido por 30 dias.

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2940353516

2 e 1 NOME E SOBRENOME
FABIANO FRANCISCO DO NASCIMENTO

1ª HABILITAÇÃO
18/09/2000

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
27/05/1981, IPAMERI, GO

4a DATA EMISSÃO
25/02/2025

4b VALIDADE
21/02/2035

ACC

D

4c DOC IDENTIDADE / ÓRG EMISSOR / UF
4100483 SSP GO

4d CPF
941.603.761-34

5 Nº REGISTRO
01447812359

9 CAT HAB
AD

NACIONALIDADE
BRASILEIRO(A)

FILIAÇÃO
JORCELINO FRANCISCO DO NASCIMENTO

ORLANDA PIRES DO NASCIMENTO

7 ASSINATURA DO PORTADOR

9	10	11	12
ACC			
A		21/02/2035	
A1			
B		21/02/2035	
B1			
C		21/02/2035	
C1			

9	10	11	12
D		21/02/2035	
D1			
BE			
CE			
C1E			
DE			
D1E			

12 OBSERVAÇÕES
EAR

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
83346067417
GO180659413

LOCAL
GOIANIA, GO

GOIÁS

2940353516

2 e 1. Nome e Sobrenome / Name and Surname / Nombre y Apellidos - Primeira Habilitação / First Driver License / Primera Licencia de Conducir - 3. Data e Local de Nascimento / Date and Place of Birth DD/MM/YYYY / Fecha y Lugar de Nacimiento - 4a. Data de Emissão / Issuing Date DD/MM/YYYY / Fecha de Emisión - 4b. Data de Validade / Expiration Date DD/MM/YYYY / Valido Hasta - ACC - 4c. Documento Identidade - Órgão emissor / Identity Document - Issuing Authority / Documento de Identificación - Autoridad Expedidora - 4d. CPF - 5. Número de registro da CNH / Driver License Number / Número de Permiso de Conducir - 9. Categoria de Veículos da Carteira de Habilitação / Driver license Class / Categoria de Permisos de Conducir - Nacionalidade / Nationality / Nacionalidad - Filiação / Filiation / Filiacion - 12. Observações / Observations / Observaciones - Local / Place / Lugar

I<BRA0144781235592<<<<<<<<<<<<
8105277M3502217BRA<<<<<<<<<<<0
FABIANO<<FRANCIS<DO<NASCIMENTO

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

Nº 385151042025

Ministério da Justiça e Segurança Pública
Polícia Federal

ePol - SINIC

Sistema Nacional de Informações Criminais

Certidão de Antecedentes Criminais

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que, até a presente data, **NÃO CONSTA** condenação com trânsito em julgado em nome de **RONIVALDO RIBEIRO PEIXOTO FILHO**, país de nacionalidade Brasil, filho(a) de RONIVALDO RIBEIRO PEIXOTO e SORAIA JOSE DA SILVA PEIXOTO, nascido(a) aos 06/11/1995, natural de Campo Alegre de Goiás-GO, CPF 037.559.271-79.

Esta certidão foi expedida em **09/12/2025** às **09:28** (horário de Brasília/DF GMT-3) com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/", e digitando o número da certidão 385151042025.

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Este documento é válido por 30 dias.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA

SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

BRASIL

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2 e 1 NOME E SOBRENOME
RONIVALDO RIBEIRO PEIXOTO FILHO

1ª HABILITAÇÃO
25/06/2014

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
06/11/1995 CAMPO ALEGRE DE GOIAS/GO

4a DATA EMISSÃO
10/01/2024

4b VALIDADE
09/01/2034

ACC
[redacted]

D

4c DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR / UF
5944716 SSPGO GO

4d CPF
037.559.271-79

5 Nº REGISTRO
06105491486

9 CAT. HAB.
AB

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
RONIVALDO RIBEIRO PEIXOTO

SORAIA JOSE DA SILVA PEIXOTO

7 ASSINATURA DO PORTADOR

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

27162630 38

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 2003300350033003700390037003A005000520041 Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Nº 384748932025

Ministério da Justiça e Segurança Pública
Polícia Federal

ePol - SINIC

Sistema Nacional de Informações Criminais

Certidão de Antecedentes Criminais

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que, até a presente data, **NÃO CONSTA** condenação com trânsito em julgado em nome de **RONIVALDO RIBEIRO PEIXOTO**, país de nacionalidade Brasil, filho(a) de VALDIVINO RIBEIRO GUIMARAES e ILDA PEIXOTO GUIMARAES, nascido(a) aos 23/10/1970, natural de Campo Alegre de Goiás-GO, CPF 517.345.751-15.

Esta certidão foi expedida em **08/12/2025** às **14:46** (horário de Brasília/DF GMT-3) com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/", e digitando o número da certidão 384748932025.

Este documento é válido por 30 dias.

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA NACIONAL DE TRANSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCION

2 e 1 NOME E SOBRENOME
RONIVALDO RIBEIRO PEIXOTO

1ª HABILITAÇÃO
28/11/1996

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
23/10/1970 CAMPO ALEGRE DE GOIAS/GO

4a DATA EMISSÃO
25/01/2024

4b VALIDADE
24/01/2029

ACC
[redacted]

D

4c DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
2918977 SSP GO

4d CPF
517.345.751-15

5 Nº REGISTRO
00448390320

9 CAT. HAB.
B

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
VALDIVINO RIBEIRO GUIMARAES

ILDA PEIXOTO GUIMARAES

7 ASSINATURA DO PORTADOR

27302994422

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Ministério da Justiça e Segurança Pública
Polícia Federal

N° 385147322025

ePol - SINIC
Sistema Nacional de Informações Criminais

Certidão de Antecedentes Criminais

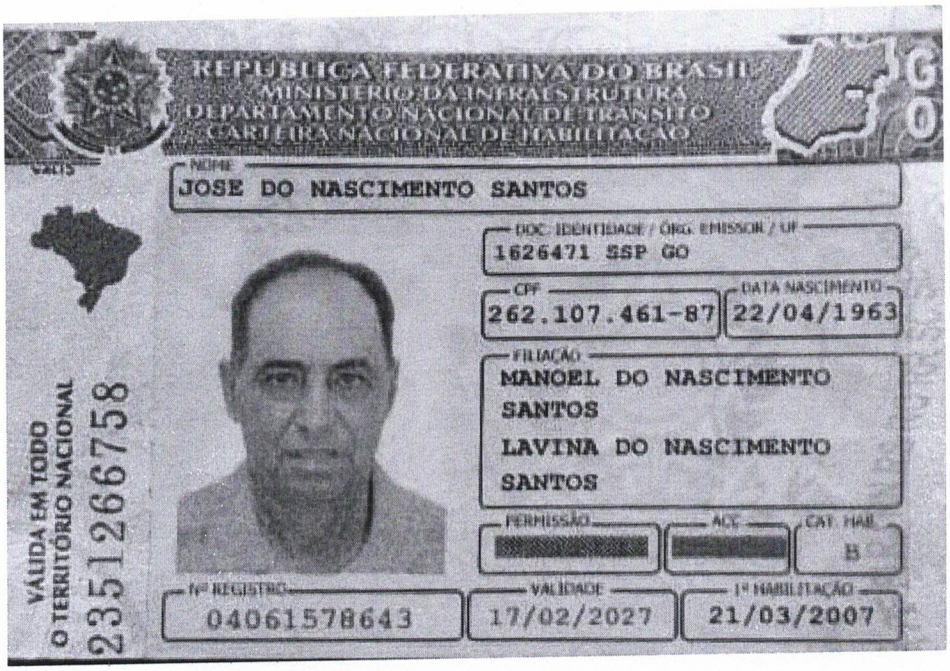
A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que, até a presente data, **NÃO CONSTA** condenação com trânsito em julgado em nome de **JOSE DO NASCIMENTO SANTOS**, país de nacionalidade Brasil, filho(a) de MANOEL DO NASCIMENTO SANTOS e LAVINA DO NASCIMENTO SANTOS, nascido(a) aos 22/04/1963, natural de Campo Alegre de Goiás-GO, CPF 262.107.461-87.

Esta certidão foi expedida em **09/12/2025** às **09:24** (horário de Brasília/DF GMT-3) com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/", e digitando o número da certidão 385147322025.

Este documento é válido por 30 dias.

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO
GO
CNH
NOME
JOSE DO NASCIMENTO SANTOS
DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
1626471 SSP GO
CPF
262.107.461-87
DATA NASCIMENTO
22/04/1963
FILIAÇÃO
MANOEL DO NASCIMENTO SANTOS
LAVINA DO NASCIMENTO SANTOS
PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
B
Nº REGISTRO
04061578643
VALIDADE
17/02/2027
1ª HABILITAÇÃO
21/03/2007
VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
02351266758

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Nº 385428812025

Ministério da Justiça e Segurança Pública
Polícia Federal

ePol - SINIC

Sistema Nacional de Informações Criminais

Certidão de Antecedentes Criminais

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que, até a presente data, **NÃO CONSTA** condenação com trânsito em julgado em nome de **MAURO AURELIANO PEIXOTO**, país de nacionalidade Brasil, filho(a) de JOAQUIM ANTONIO AURELIANO e DINA RODRIGUES AURELIANO, nascido(a) aos 01/08/1964, natural de Ipameri-GO, CPF 375.692.521-87.

Esta certidão foi expedida em **09/12/2025** às **14:11** (horário de Brasília/DF GMT-3) com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/", e digitando o número da certidão 385428812025.

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
Este documento é válido por 30 dias, com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

fls. 75

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DA INFRAESTRUTURA
SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO / DRIVER LICENSE / PERMISO DE CONDUCCIÓN

2 e 1 NOME E SOBRENOME
MAURO AURELIANO PEIXOTO

1ª HABILITAÇÃO
29/10/1993

3 DATA, LOCAL E UF DE NASCIMENTO
01/08/1964 IPAMERI/GO

4a DATA EMISSÃO
06/09/2023

4b VALIDADE
05/09/2028

ACC

D

4c DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
1588198 SSP GO

4d CPF
375.692.521-87

5 Nº REGISTRO
00333091617

9 CAT. HAB.
B

NACIONALIDADE
BRASILEIRO

FILIAÇÃO
JOAQUIM ANTONIO AURELIANO

DINA RODRIGUES AURELIANO

7 ASSINATURA DO PORTADOR

Válida em todo o território nacional

Valid

26505535575

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200300350036003700390037003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Ministério da Justiça e Segurança Pública
Polícia Federal

N° 385431512025

ePol - SINIC

Sistema Nacional de Informações Criminais

Certidão de Antecedentes Criminais

A Polícia Federal **CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que, até a presente data, **NÃO CONSTA** condenação com trânsito em julgado em nome de **LUIZ HENRIQUE DOS SANTOS**, país de nacionalidade Brasil, filho(a) de JOSE DO NASCIMENTO SANTOS e MARIA HELENA PEREIRA SANTOS, nascido(a) aos 28/06/1984, natural de Catalão-GO, CPF 731.131.311-20.

Esta certidão foi expedida em **09/12/2025** às **14:15** (horário de Brasília/DF GMT-3) com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada por meio da leitura do QR Code ou acessando a página da Polícia Federal, no endereço "https://servicos.pf.gov.br/epol-sinic-publico/validar-cac/", e digitando o número da certidão 385431512025.

Este documento é válido por 30 dias.

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

GO

NOME
LUIZ HENRIQUE DOS SANTOS

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
4406182 DGPC GO

CPF
731.131.311-20

DATA NASCIMENTO
28/06/1984

FILIAÇÃO
JOSE DO NASCIMENTO SANTOS
MARIA HELENA PEREIRA SANTOS

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
05006220070

VALIDADE
01/02/2032

1ª HABILITAÇÃO
10/08/2010

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

23509239 42

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

CERTIDÃO
CERTIFICO, para os fins devidos, que esta [illegible] foi publicada [illegible] nos placares da Prefeitura local, destinados à publicação e divulgação dos atos Administrativos e Legislativos do Município, conforme Art. 29 da Lei nº [illegible]
Campo Alegre de Goiás, 20/04/2017
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Campo Alegre de Goiás
CAMINHO DO PROGRESSO

LEI MUNICIPAL Nº 1144/2017, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

Declara de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais da Fazenda Paulista e Região e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE DE GOIÁS, ESTADO DE GOIÁS, faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Campo Alegre de Goiás aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais da Fazenda Paulista e Região, inscrita no CNPJ/MF nº 02.084.501/0001-29, Inscrição Estadual nº 10.368.844-7, com sede na Rodovia GO 213, KM 10, Zona Rural, Município de Campo Alegre de Goiás.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre de Goiás, aos 20 (vinte) dias do mês de Abril de 2017.

José Antônio Neto Siqueira
Prefeito Municipal

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DA FAZENDA PAULISTA E REGIÃO

Ofício

Campo Alegre - GO, 09 de janeiro de 2026.

À Sua Excelência o Senhor ANTÔNIO GOMIDE Deputado Estadual – Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO) Palácio Maguito Vilela – Gabinete Parlamentar Goiânia – GO

Assunto: Solicitação de apresentação de Projeto de Lei para Declaração de Utilidade Pública Estadual.

Excelentíssimo Senhor Deputado,

1. Pelo presente instrumento, a Associação de Produtores Rurais da Fazenda Paulista e Região, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº02.084.501/0001-29 , neste ato representada por seu Presidente, Sr. Reginaldo Peixoto, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, pleitear a intercessão deste Gabinete para a propositura de Projeto de Lei visando à declaração da entidade como de Utilidade Pública Estadual.

2. A referida Associação desempenha papel fundamental no fomento à agricultura familiar e no desenvolvimento sustentável da região, promovendo a organização social, a capacitação técnica e a defesa dos interesses dos produtores rurais locais. As atividades desenvolvidas pela entidade revestem-se de notório interesse coletivo, contribuindo diretamente para a segurança alimentar e a economia do município.

3. Ressalta-se, para fins de instrução técnica, que a entidade já teve seu trabalho reconhecido em âmbito local, possuindo a Declaração de Utilidade Pública Municipal, conforme a Lei Municipal nº 1144/2017 , de 20 de abril de 2017, sancionada pelo Poder Executivo local.

4. A obtenção do título de Utilidade Pública Estadual é imprescindível para que a Associação possa ampliar seu raio de atuação, firmar convênios, parcerias e acessar recursos estaduais destinados ao fortalecimento do setor produtivo rural, conforme preceitua a legislação vigente no Estado de Goiás.

5. Cientes do histórico de Vossa Excelência na defesa da agricultura familiar e do movimentos sociais, submetemos a documentação anexa para análise jurídica de sua assessoria, a fim de comprovar o preenchimento dos requisitos legais (Lei Estadual nº 17.562/2012 e alterações), a saber:

Cópia do Estatuto Social registrado em cartório; Ata de Eleição e Posse da atual Diretoria; Cópia da Lei de Declaração de Utilidade Pública Municipal; Relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas nos últimos anos; Atestado de idoneidade moral de seus diretores; Demonstrativos contábeis/fiscais.

6. Certos de contar com o apoio e a sensibilidade política de Vossa Excelência para esta demanda de alto relevo social, colocamo-nos à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Respeitosamente,

Reginaldo Peixoto

Reginaldo Peixoto

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200350035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CIVEIS
TODAS AS COMARCAS

Nº : **104844452039**

CERTIFICA que revendo os registros dos bancos de dados informatizados dos Sistemas de Primeiro Grau, do Poder Judiciário do Estado de Goiás, consultando ações cíveis em geral, ou seja, execuções, execuções patrimoniais, execuções fiscais, falências, concordatas, recuperação judicial e insolvência, em andamento, verifica-se que NADA CONSTA **contra**:

Requerente	: FABIANO FRANCISCO DO NASCIMENTO
Nome da Mãe	: ORLANDA PIRES DO NASCIMENTO
Data de Nascimento	: 27/05/1981
CPF	: 941.603.761-34

a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
b) a informação do número do CPF é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;
c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica;
d) não positivam a certidão as ações que correm em segredo de justiça e as ações que versam sobre processos de jurisdição voluntária;
e) esta certidão refere-se ao período de 05/1996 até a presente data.
f) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **104844452039**

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 24 de julho de 2026, às 16:06:22
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Corregedoria Geral da Justiça
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Publicado Digitalmente em 24/07/2026 - 16:06:22
Localizar pelo código: 104844452039, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica
Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CIVEIS
TODAS AS COMARCAS

Nº : **104744436407**

CERTIFICA que revendo os registros dos bancos de dados informatizados dos Sistemas de Primeiro Grau, do Poder Judiciário do Estado de Goiás, consultando ações cíveis em geral, ou seja, execuções, execuções patrimoniais, execuções fiscais, falências, concordatas, recuperação judicial e insolvência, em andamento, verifica-se que NADA CONSTA **contra**:

Requerente	:	JOSE DO NASCIMENTO SANTOS
Nome da Mãe	:	LAVINA DO NASCIMENTO SANTOS
Data de Nascimento	:	22/04/1963
CPF	:	262.107.461-87

a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
b) a informação do número do CPF é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;
c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica;
d) não positivam a certidão as ações que correm em segredo de justiça e as ações que versam sobre processos de jurisdição voluntária;
e) esta certidão refere-se ao período de 05/1996 até a presente data.
f) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **104744436407**

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 24 de julho de 2026, às 16:36:47
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Corregedoria Geral da Justiça
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Publicado Digitalmente em 24/07/2026 - 16:36:47
Localizar pelo código: 104744436407, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica
Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CRIMINAIS
TODAS AS COMARCAS

Nº : **104044422461**

CERTIFICO que revendo os registros dos bancos de dados informatizados dos Sistemas de Primeiro Grau, do Poder Judiciário do Estado de Goiás, consultando AÇÃO PENAL e/ou EXECUÇÃO PENAL, em andamento, verifica-se que NADA CONSTA em desfavor de:

Requerente	: FABIANO FRANCISCO DO NASCIMENTO
Nome da Mãe	: ORLANDA PIRES DO NASCIMENTO
Data de Nascimento	: 27/05/1981
CPF	: 941.603.761-34

a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
b) a informação do número do CPF para expedição da certidão é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;
c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica;
d) somente positivam ações penais e execuções penais;
e) esta certidão INCLUI os processos criminais em tramitação na Justiça Comum Estadual, abrangendo também aqueles que tramitam na Vara da Auditoria Militar, nos Juizados Especiais Criminais e no Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU;
f) esta certidão refere-se ao período de 05/1996 até a presente data.
g) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **104044422461**

Certidão expedida em 24 de julho de 2026, às 16:07:55
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Corregedoria Geral da Justiça
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 24 de julho de 2026

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Publicado Digitalmente em 24/07/2026 - 16:07:55
Localizar pelo código: 104044422461, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica
Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CRIMINAIS
TODAS AS COMARCAS

Nº : **104244412949**

CERTIFICO que revendo os registros dos bancos de dados informatizados dos Sistemas de Primeiro Grau, do Poder Judiciário do Estado de Goiás, consultando AÇÃO PENAL e/ou EXECUÇÃO PENAL, em andamento, verifica-se que NADA CONSTA em desfavor de:

Requerente	:	JOSE DO NASCIMENTO SANTOS
Nome da Mãe	:	LAVINA DO NASCIMENTO SANTOS
Data de Nascimento	:	22/04/1963
CPF	:	262.107.461-87

a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
b) a informação do número do CPF para expedição da certidão é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;
c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica;
d) somente positivam ações penais e execuções penais;
e) esta certidão INCLUI os processos criminais em tramitação na Justiça Comum Estadual, abrangendo também aqueles que tramitam na Vara da Auditoria Militar, nos Juizados Especiais Criminais e no Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU;
f) esta certidão refere-se ao período de 05/1996 até a presente data.
g) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **104244412949**

Certidão expedida em 24 de julho de 2026, às 16:38:42
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Corregedoria Geral da Justiça
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 24 de julho de 2026

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Publicado Digitalmente em 24/07/2026 - 16:38:42
Localizar pelo código: 104244412949, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica
Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CRIMINAIS
TODAS AS COMARCAS

Nº : **104144452233**

CERTIFICO que revendo os registros dos bancos de dados informatizados dos Sistemas de Primeiro Grau, do Poder Judiciário do Estado de Goiás, consultando AÇÃO PENAL e/ou EXECUÇÃO PENAL, em andamento, verifica-se que NADA CONSTA em desfavor de:

Requerente	:	RONIVALDO RIBEIRO PEIXOTO
Nome da Mãe	:	ILDA PEIXOTO GUIMARAES
Data de Nascimento	:	23/10/1970
CPF	:	517.345.751-15

a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
b) a informação do número do CPF para expedição da certidão é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;
c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica;
d) somente positivam ações penais e execuções penais;
e) esta certidão INCLUI os processos criminais em tramitação na Justiça Comum Estadual, abrangendo também aqueles que tramitam na Vara da Auditoria Militar, nos Juizados Especiais Criminais e no Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU;
f) esta certidão refere-se ao período de 05/1996 até a presente data.
g) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **104144452233**

Certidão expedida em 24 de julho de 2026, às 17:48:16
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Corregedoria Geral da Justiça
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 24 de julho de 2026

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Publicado Digitalmente em 24/07/2026 - 17:48:16
Localizar pelo código: 104144452233, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica
Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CRIMINAIS
TODAS AS COMARCAS

Nº : **104644455119**

CERTIFICO que revendo os registros dos bancos de dados informatizados dos Sistemas de Primeiro Grau, do Poder Judiciário do Estado de Goiás, consultando AÇÃO PENAL e/ou EXECUÇÃO PENAL, em andamento, verifica-se que NADA CONSTA em desfavor de:

Requerente	:	VALDIVINO JOSÉ DA SILVA
Nome da Mãe	:	DOMINGAS DE ALMEIDA PIRES
Data de Nascimento	:	01/07/1952
CPF	:	081.690.981-49

a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
b) a informação do número do CPF para expedição da certidão é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;
c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica;
d) somente positivam ações penais e execuções penais;
e) esta certidão INCLUI os processos criminais em tramitação na Justiça Comum Estadual, abrangendo também aqueles que tramitam na Vara da Auditoria Militar, nos Juizados Especiais Criminais e no Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU;
f) esta certidão refere-se ao período de 05/1996 até a presente data.
g) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **104644455119**

Certidão expedida em 23 de julho de 2026, às 17:47:46
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Corregedoria Geral da Justiça
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 23 de julho de 2026

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Publicado Digitalmente em 23/07/2026 - 17:47:46
Localizar pelo código: 104644455119, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica
Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CIVEIS
TODAS AS COMARCAS

Nº : **104944445126**

CERTIFICA que revendo os registros dos bancos de dados informatizados dos Sistemas de Primeiro Grau, do Poder Judiciário do Estado de Goiás, consultando ações cíveis em geral, ou seja, execuções, execuções patrimoniais, execuções fiscais, falências, concordatas, recuperação judicial e insolvência, em andamento, verifica-se que NADA CONSTA **contra**:

Requerente	:	VALDIVINO JOSÉ DA SILVA
Nome da Mãe	:	DOMINGAS DE ALMEIDA PIRES
Data de Nascimento	:	01/07/1952
CPF	:	081.690.981-49

a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
b) a informação do número do CPF é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;
c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica;
d) não positivam a certidão as ações que correm em segredo de justiça e as ações que versam sobre processos de jurisdição voluntária;
e) esta certidão refere-se ao período de 05/1996 até a presente data.
f) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **104944445126**

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 23 de julho de 2026, às 17:46:18
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Corregedoria Geral da Justiça
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Publicado Digitalmente em 23/07/2026 - 17:46:18
Localizar pelo código: 104944445126, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica
Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CIVEIS

Nº : **104844466477**

CERTIFICO que revendo os registros eletrônicos de distribuição de ações de NATUREZA CIVEL no Sistema de Segundo Grau (SSG) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, NADA CONSTA em tramitação **contra**:

Requerente	:	JOSE DO NASCIMENTO SANTOS
Nome da Mãe	:	LAVINA DO NASCIMENTO SANTOS
Data de Nascimento	:	22/04/1963
CPF	:	262.107.461-87

ESTA CERTIDÃO ABRANGE OS PROCESSOS DO SISTEMA DE SEGUNDO GRAU E SISTEMA DE PROCESSO DIGITAL, bem como OS PROCESSOS DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL DE COMPETÊNCIA DO 2º GRAU DE JURISDIÇÃO (Art. 45 da LEI ESTADUAL Nº 9.129, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1981).

a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
b) a informação do número do CPF é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;
c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica;
d) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **104844466477**

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 24 de julho de 2026, às 16:40:03
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Divisão de Distribuição
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 24 de julho de 2026

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Publicado Digitalmente em 24/07/2026 - 16:40:03
Localizar pelo código: 104844466477, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica
Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CIVEIS

Nº : **104444486207**

CERTIFICO que revendo os registros eletrônicos de distribuição de ações de NATUREZA CIVEL no Sistema de Segundo Grau (SSG) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, NADA CONSTA em tramitação **contra**:

Requerente	: MARCO THULIO PEREIRA COSTA MUNIZ
Nome da Mãe	: JANETE APARECIDA ALBINO PEREIRA
Data de Nascimento	: 18/05/2001
CPF	: 033.957.541-70

ESTA CERTIDÃO ABRANGE OS PROCESSOS DO SISTEMA DE SEGUNDO GRAU E SISTEMA DE PROCESSO DIGITAL, bem como OS PROCESSOS DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL DE COMPETÊNCIA DO 2º GRAU DE JURISDIÇÃO (Art. 45 da LEI ESTADUAL Nº 9.129, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1981).

a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
b) a informação do número do CPF é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;
c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica;
d) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **104444486207**

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 24 de julho de 2026, às 18:19:26
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Divisão de Distribuição
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 24 de julho de 2026

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Publicado Digitalmente em 24/07/2026 - 18:19:26
Localizar pelo código: 104444486207, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica
Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CIVEIS

Nº : **104944405157**

CERTIFICO que revendo os registros eletrônicos de distribuição de ações de NATUREZA CIVEL no Sistema de Segundo Grau (SSG) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, NADA CONSTA em tramitação **contra**:

Requerente	:	VALDIVINO JOSÉ DA SILVA
Nome da Mãe	:	DOMINGAS DE ALMEIDA PIRES
Data de Nascimento	:	01/07/1952
CPF	:	081.690.981-49

ESTA CERTIDÃO ABRANGE OS PROCESSOS DO SISTEMA DE SEGUNDO GRAU E SISTEMA DE PROCESSO DIGITAL, bem como OS PROCESSOS DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL DE COMPETÊNCIA DO 2º GRAU DE JURISDIÇÃO (Art. 45 da LEI ESTADUAL Nº 9.129, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1981).

a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
b) a informação do número do CPF é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;
c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica;
d) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **104944405157**

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 23 de julho de 2026, às 17:49:07
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Divisão de Distribuição
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 23 de julho de 2026

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Publicado Digitalmente em 23/07/2026 - 17:49:07
Localizar pelo código: 104944405157, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica
Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CRIMINAIS

Nº : **104244551666**

CERTIFICO que revendo os registros eletrônicos de distribuição de ações de NATUREZA CRIMINAL no Sistema de Segundo Grau (SSG) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e no Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU, NADA CONSTA em tramitação **contra**:

Requerente	:	JOAO BATISTA PEREIRA
Nome da Mãe	:	HONORINDA PIO PEREIRA
Data de Nascimento	:	29/04/1968
CPF	:	450.706.871-15

ESTA CERTIDÃO ABRANGE OS PROCESSOS DO SISTEMA DE SEGUNDO GRAU E SISTEMA DE PROCESSO DIGITAL, bem como OS PROCESSOS DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL DE COMPETÊNCIA DO 2º GRAU DE JURISDIÇÃO (Art. 45 da LEI ESTADUAL Nº 9.129, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1981).

a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
b) a informação do número do CPF para expedição da certidão é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;
c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica;
d) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **104244551666**

Certidão expedida em 23 de julho de 2026, às 15:12:09
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Divisão de Distribuição
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 23 de julho de 2026

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Publicado Digitalmente em 23/07/2026 - 15:12:09
Localizar pelo código: 104244551666, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica
Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CRIMINAIS

Nº : **104344422974**

CERTIFICO que revendo os registros eletrônicos de distribuição de ações de NATUREZA CRIMINAL no Sistema de Segundo Grau (SSG) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e no Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU, NADA CONSTA em tramitação **contra**:

Requerente	:	JOSE DO NASCIMENTO SANTOS
Nome da Mãe	:	LAVINA DO NASCIMENTO SANTOS
Data de Nascimento	:	22/04/1963
CPF	:	262.107.461-87

ESTA CERTIDÃO ABRANGE OS PROCESSOS DO SISTEMA DE SEGUNDO GRAU E SISTEMA DE PROCESSO DIGITAL, bem como OS PROCESSOS DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL DE COMPETÊNCIA DO 2º GRAU DE JURISDIÇÃO (Art. 45 da LEI ESTADUAL Nº 9.129, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1981).

a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
b) a informação do número do CPF para expedição da certidão é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;
c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica;
d) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **104344422974**

Certidão expedida em 24 de julho de 2026, às 16:40:49
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Divisão de Distribuição
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 24 de julho de 2026

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Publicado Digitalmente em 24/07/2026 - 16:40:49
Localizar pelo código: 104344422974, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica
Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CRIMINAIS

Nº : **104544501768**

CERTIFICO que revendo os registros eletrônicos de distribuição de ações de NATUREZA CRIMINAL no Sistema de Segundo Grau (SSG) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e no Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU, NADA CONSTA em tramitação **contra**:

Requerente	:	JOSE AGUIAR DA SILVA
Nome da Mãe	:	GENI SOUZA SILVA
Data de Nascimento	:	29/03/1969
CPF	:	471.050.701-53

ESTA CERTIDÃO ABRANGE OS PROCESSOS DO SISTEMA DE SEGUNDO GRAU E SISTEMA DE PROCESSO DIGITAL, bem como OS PROCESSOS DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL DE COMPETÊNCIA DO 2º GRAU DE JURISDIÇÃO (Art. 45 da LEI ESTADUAL Nº 9.129, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1981).

a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
b) a informação do número do CPF para expedição da certidão é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;
c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica;
d) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **104544501768**

Certidão expedida em 23 de julho de 2026, às 16:22:10
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Divisão de Distribuição
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 23 de julho de 2026

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Publicado Digitalmente em 23/07/2026 - 16:22:10
Localizar pelo código: 104544501768, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica
Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CRIMINAIS

Nº : **104244476273**

CERTIFICO que revendo os registros eletrônicos de distribuição de ações de NATUREZA CRIMINAL no Sistema de Segundo Grau (SSG) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e no Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU, NADA CONSTA em tramitação **contra**:

Requerente	: MARCO THULIO PEREIRA COSTA MUNIZ
Nome da Mãe	: JANETE APARECIDA ALBINO PEREIRA
Data de Nascimento	: 18/05/2001
CPF	: 033.957.541-70

ESTA CERTIDÃO ABRANGE OS PROCESSOS DO SISTEMA DE SEGUNDO GRAU E SISTEMA DE PROCESSO DIGITAL, bem como OS PROCESSOS DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL DE COMPETÊNCIA DO 2º GRAU DE JURISDIÇÃO (Art. 45 da LEI ESTADUAL Nº 9.129, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1981).

a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
b) a informação do número do CPF para expedição da certidão é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;
c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica;
d) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **104244476273**

Certidão expedida em 24 de julho de 2026, às 18:30:19
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Divisão de Distribuição
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 24 de julho de 2026

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Publicado Digitalmente em 24/07/2026 - 18:30:19
Localizar pelo código: 104244476273, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica
Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

CERTIDÃO DE AÇÕES CRIMINAIS
31800989

Certificamos que contra

Nome: **JOAO BATISTA PEREIRA**

CPF: **450.706.871-15**

Data de Nascimento: **29/04/1968**

Nome da mãe: **HONORINDA PIO PEREIRA**

NADA CONSTA

no que se refere a Ações Penais Militares em andamento ou com sentença condenatória transitada em julgado e/ou Processo de Execução Penal em andamento na Justiça Militar da União.

Certidão emitida em 23/07/2026 às 15:32:32 (hora de Brasília) com base na Resolução nº 149, de 03/08/2007, do Superior Tribunal Militar, publicada no DJ de 17/08/2007.

Os dados pessoais acima são de responsabilidade do solicitante da certidão.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço https://www.stm.jus.br (Menu "Certidão Negativa/Autenticação de Certidão") informando o Número de Controle e o CPF do emissor da Certidão.

Certidão gratuita e de âmbito nacional
Esta certidão é válida por 90 dias

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

CERTIDÃO DE AÇÕES CRIMINAIS
31742322

Certificamos que contra

Nome: **REGINALDO PEIXOTO**

CPF: **022.970.961-35**

Data de Nascimento: **01/01/1978**

Nome da mãe: **LUZIA BERNARDES LEITE**

NADA CONSTA

no que se refere a Ações Penais Militares em andamento ou com sentença condenatória transitada em julgado e/ou Processo de Execução Penal em andamento na Justiça Militar da União.

Certidão emitida em 22/07/2026 às 15:20:43 (hora de Brasília) com base na Resolução nº 149, de 03/08/2007, do Superior Tribunal Militar, publicada no DJ de 17/08/2007.

Os dados pessoais acima são de responsabilidade do solicitante da certidão.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço https://www.stm.jus.br (Menu "Certidão Negativa/Autenticação de Certidão") informando o Número de Controle e o CPF do emissor da Certidão.

Certidão gratuita e de âmbito nacional
Esta certidão é válida por 90 dias

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

CERTIDÃO DE AÇÕES CRIMINAIS
31866441

Certificamos que contra

Nome: **JOSE AGUIAR DA SILVA**

CPF: **471.050.701-53**

Data de Nascimento: **29/03/1969**

Nome da mãe: **GENI SOUZA SILVA**

NADA CONSTA

no que se refere a Ações Penais Militares em andamento ou com sentença condenatória transitada em julgado e/ou Processo de Execução Penal em andamento na Justiça Militar da União.

Certidão emitida em 23/07/2026 às 17:38:53 (hora de Brasília) com base na Resolução nº 149, de 03/08/2007, do Superior Tribunal Militar, publicada no DJ de 17/08/2007.

Os dados pessoais acima são de responsabilidade do solicitante da certidão.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço https://www.stm.jus.br (Menu "Certidão Negativa/Autenticação de Certidão") informando o Número de Controle e o CPF do emissor da Certidão.

Certidão gratuita e de âmbito nacional
Esta certidão é válida por 90 dias

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o(a) eleitor(a) abaixo qualificado.

Eleitor(a): **VALDIVINO JOSE DA SILVA**

Inscrição: **0051 6504 1007** Zona: 014 Seção: 0042

Município: 92959 - CAMPO ALEGRE DE GOIAS UF: GO

Data de nascimento: 01/07/1952 Domicílio desde: 18/09/1986

Filiação: - DOMINGAS DE ALMEIDA PIRES
- ANTONIO JOSE DA SILVA

Certidão emitida às 17:56 em 23/07/2026

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: http://www.tse.jus.br ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

GQR7.XPJP.HPMV.63PX

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o(a) eleitor(a) abaixo qualificado.

Eleitor(a): **JOSÉ AGUIAR DA SILVA**

Inscrição: **0261 2864 1007** Zona: 014 Seção: 0042

Município: 92959 - CAMPO ALEGRE DE GOIAS UF: GO

Data de nascimento: 29/03/1969 Domicílio desde: 06/08/1988

Filiação: - GENI SOUZA SILVA
- JOVENALDO JOSÉ DA SILVA

Certidão emitida às 16:41 em 23/07/2026

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: http://www.tse.jus.br ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

STIU.ZBKT.NQ95.BTGI

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003703A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o(a) eleitor(a) abaixo qualificado.

Eleitor(a): **RONIVALDO RIBEIRO PEIXOTO FILHO**

Inscrição: **0626 0093 1015** Zona: 014 Seção: 0080

Município: 92959 - CAMPO ALEGRE DE GOIAS UF: GO

Data de nascimento: 06/11/1995 Domicílio desde: 08/03/2012

Filiação: - SORAIA JOSÉ DA SILVA PEIXOTO
- RONIVALDO RIBEIRO PEIXOTO

Certidão emitida às 15:39 em 22/07/2026

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: http://www.tse.jus.br ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

NRM8.+S9C.7W2Ø.AZ1+

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003703A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CIVEIS
TODAS AS COMARCAS

Nº : **104744496259**

CERTIFICA que revendo os registros dos bancos de dados informatizados dos Sistemas de Primeiro Grau, do Poder Judiciário do Estado de Goiás, consultando ações cíveis em geral, ou seja, execuções, execuções patrimoniais, execuções fiscais, falências, concordatas, recuperação judicial e insolvência, em andamento, verifica-se que NADA CONSTA **contra**:

Requerente	: MARCO THULIO PEREIRA COSTA MUNIZ
Nome da Mãe	: JANETE APARECIDA ALBINO PEREIRA
Data de Nascimento	: 18/05/2001
CPF	: 033.957.541-70

a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
b) a informação do número do CPF é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;
c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica;
d) não positivam a certidão as ações que correm em segredo de justiça e as ações que versam sobre processos de jurisdição voluntária;
e) esta certidão refere-se ao período de 05/1996 até a presente data.
f) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **104744496259**

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 24 de julho de 2026, às 18:16:17
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Corregedoria Geral da Justiça
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Publicado Digitalmente em 24/07/2026 - 18:16:17
Localizar pelo código: 104744496259, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica
Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CIVEIS

Nº : **104644509859**

CERTIFICO que revendo os registros eletrônicos de distribuição de ações de NATUREZA CIVEL no Sistema de Segundo Grau (SSG) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, NADA CONSTA em tramitação **contra**:

Requerente	:	JOAO BATISTA PEREIRA
Nome da Mãe	:	HONORINDA PIO PEREIRA
Data de Nascimento	:	29/04/1968
CPF	:	450.706.871-15

ESTA CERTIDÃO ABRANGE OS PROCESSOS DO SISTEMA DE SEGUNDO GRAU E SISTEMA DE PROCESSO DIGITAL, bem como OS PROCESSOS DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL DE COMPETÊNCIA DO 2º GRAU DE JURISDIÇÃO (Art. 45 da LEI ESTADUAL Nº 9.129, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1981).

a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
b) a informação do número do CPF é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;
c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica;
d) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **104644509859**

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 23 de julho de 2026, às 15:10:47
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Divisão de Distribuição
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 23 de julho de 2026

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Publicado Digitalmente em 23/07/2026 - 15:10:47
Localizar pelo código: 104644509859, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica
Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CIVEIS

Nº : **104844571064**

CERTIFICO que revendo os registros eletrônicos de distribuição de ações de NATUREZA CIVEL no Sistema de Segundo Grau (SSG) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, NADA CONSTA em tramitação **contra**:

Requerente	:	JOSE AGUIAR DA SILVA
Nome da Mãe	:	GENI SOUZA SILVA
Data de Nascimento	:	29/03/1969
CPF	:	471.050.701-53

ESTA CERTIDÃO ABRANGE OS PROCESSOS DO SISTEMA DE SEGUNDO GRAU E SISTEMA DE PROCESSO DIGITAL, bem como OS PROCESSOS DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL DE COMPETÊNCIA DO 2º GRAU DE JURISDIÇÃO (Art. 45 da LEI ESTADUAL Nº 9.129, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1981).

a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
b) a informação do número do CPF é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;
c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica;
d) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **104844571064**

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 23 de julho de 2026, às 16:19:41
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Divisão de Distribuição
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 23 de julho de 2026

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Publicado Digitalmente em 23/07/2026 - 16:19:41
Localizar pelo código: 104844571064, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica
Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL 73649155/2026

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS em tramitação contra:

JOSE AGUIAR DA SILVA

OU

CPF n. 471.050.701-53

Certidão emitida em 23/07/2026, às 15:42:10 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, SEEU e Juris) até 23/07/2026, às 09:44:58;
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 23/07/2026, às 09:44:58.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 73649155

Código de Validação: 2C4B 4D94 6782 FFEC E349 73E4 A3D1 38DF

Data da Atualização: 23/07/2026, às 09:44:58

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL 73191314/2026

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS em tramitação contra:

REGINALDO PEIXOTO

OU

CPF n. 022.970.961-35

Certidão emitida em 21/07/2026, às 18:15:00 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, SEEU e Juris) até 21/07/2026, às 06:46:45;
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 21/07/2026, às 06:46:45.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 73191314

Código de Validação: 5A62 03E0 DA64 159D 1883 ED5A C7A6 51F1

Data da Atualização: 21/07/2026, às 06:46:45

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL 73418931/2026

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS em tramitação contra:

RONIVALDO RIBEIRO PEIXOTO FILHO

OU

CPF n. 037.559.271-79

Certidão emitida em 22/07/2026, às 15:25:04 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, SEEU e Juris) até 22/07/2026, às 09:37:14;
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 22/07/2026, às 09:37:14.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 73418931

Código de Validação: 4F7C B6EA F217 1A07 DF4C 1F6C E89E 9727

Data da Atualização: 22/07/2026, às 09:37:14

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CIVEIS

Nº : **104344500959**

CERTIFICO que revendo os registros eletrônicos de distribuição de ações de NATUREZA CIVEL no Sistema de Segundo Grau (SSG) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, NADA CONSTA em tramitação **contra**:

Requerente	:	REGINALDO PEIXOTO
Nome da Mãe	:	Luzia Bernardes Leite
Data de Nascimento	:	01/01/1978
CPF	:	022.970.961-35

ESTA CERTIDÃO ABRANGE OS PROCESSOS DO SISTEMA DE SEGUNDO GRAU E SISTEMA DE PROCESSO DIGITAL, bem como OS PROCESSOS DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL DE COMPETÊNCIA DO 2º GRAU DE JURISDIÇÃO (Art. 45 da LEI ESTADUAL Nº 9.129, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1981).

a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
b) a informação do número do CPF é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;
c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica;
d) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **104344500959**

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 22 de julho de 2026, às 15:10:10
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Divisão de Distribuição
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 22 de julho de 2026

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Publicado Digitalmente em 22/07/2026 - 15:10:10
Localizar pelo código: 104344500959, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica
Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CRIMINAIS
TODAS AS COMARCAS

Nº : **104044521290**

CERTIFICO que revendo os registros dos bancos de dados informatizados dos Sistemas de Primeiro Grau, do Poder Judiciário do Estado de Goiás, consultando AÇÃO PENAL e/ou EXECUÇÃO PENAL, em andamento, verifica-se que NADA CONSTA em desfavor de:

Requerente	:	JOAO BATISTA PEREIRA
Nome da Mãe	:	HONORINDA PIO PEREIRA
Data de Nascimento	:	29/04/1968
CPF	:	450.706.871-15

a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
b) a informação do número do CPF para expedição da certidão é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;
c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica;
d) somente positivam ações penais e execuções penais;
e) esta certidão INCLUI os processos criminais em tramitação na Justiça Comum Estadual, abrangendo também aqueles que tramitam na Vara da Auditoria Militar, nos Juizados Especiais Criminais e no Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU;
f) esta certidão refere-se ao período de 05/1996 até a presente data.
g) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **104044521290**

Certidão expedida em 23 de julho de 2026, às 15:09:12
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Corregedoria Geral da Justiça
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 23 de julho de 2026

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Publicado Digitalmente em 23/07/2026 - 15:09:12
Localizar pelo código: 104044521290, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica
Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CRIMINAIS
TODAS AS COMARCAS

Nº : **104044538210**

CERTIFICO que revendo os registros dos bancos de dados informatizados dos Sistemas de Primeiro Grau, do Poder Judiciário do Estado de Goiás, consultando AÇÃO PENAL e/ou EXECUÇÃO PENAL, em andamento, verifica-se que NADA CONSTA em desfavor de:

Requerente	:	DAMASO ALBINO PEREIRA
Nome da Mãe	:	GERMANA MANOEL DA SILVA
Data de Nascimento	:	11/12/1936
CPF	:	019.090.291-49

a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
b) a informação do número do CPF para expedição da certidão é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;
c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica;
d) somente positivam ações penais e execuções penais;
e) esta certidão INCLUI os processos criminais em tramitação na Justiça Comum Estadual, abrangendo também aqueles que tramitam na Vara da Auditoria Militar, nos Juizados Especiais Criminais e no Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU;
f) esta certidão refere-se ao período de 05/1996 até a presente data.
g) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **104044538210**

Certidão expedida em 22 de julho de 2026, às 15:55:38
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Corregedoria Geral da Justiça
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 22 de julho de 2026

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Publicado Digitalmente em 22/07/2026 - 15:55:38
Localizar pelo código: 104044538210, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica
Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CRIMINAIS
TODAS AS COMARCAS

Nº : **104244501067**

CERTIFICO que revendo os registros dos bancos de dados informatizados dos Sistemas de Primeiro Grau, do Poder Judiciário do Estado de Goiás, consultando AÇÃO PENAL e/ou EXECUÇÃO PENAL, em andamento, verifica-se que NADA CONSTA em desfavor de:

Requerente	:	JOSE AGUIAR DA SILVA
Nome da Mãe	:	GENI SOUZA SILVA
Data de Nascimento	:	29/03/1969
CPF	:	471.050.701-53

a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
b) a informação do número do CPF para expedição da certidão é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;
c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica;
d) somente positivam ações penais e execuções penais;
e) esta certidão INCLUI os processos criminais em tramitação na Justiça Comum Estadual, abrangendo também aqueles que tramitam na Vara da Auditoria Militar, nos Juizados Especiais Criminais e no Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU;
f) esta certidão refere-se ao período de 05/1996 até a presente data.
g) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **104244501067**

Certidão expedida em 23 de julho de 2026, às 16:18:18
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Corregedoria Geral da Justiça
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 23 de julho de 2026

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Publicado Digitalmente em 23/07/2026 - 16:18:18
Localizar pelo código: 104244501067, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica
Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

73909745/2026

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

FABIANO FRANCISCO DO NASCIMENTO

OU

CPF n. 941.603.761-34

Certidão emitida em 24/07/2026, às 16:01:07 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, SEEU e Juris) até 24/07/2026, às 09:28:04;
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 24/07/2026, às 09:28:04.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 73909745

Código de Validação: 25EA C632 2517 1CED A971 7C2E 7FD8 4C15

Data da Atualização: 24/07/2026, às 09:28:04

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA 73911891/2026

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

JOSE DO NASCIMENTO SANTOS

OU

CPF n. 262.107.461-87

Certidão emitida em 24/07/2026, às 16:31:06 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, SEEU e Juris) até 24/07/2026, às 09:28:04;
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 24/07/2026, às 09:28:04.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 73911891

Código de Validação: 2878 AC62 181C 0C00 97FE 2993 5536 EF7F

Data da Atualização: 24/07/2026, às 09:28:04

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

73419416/2026

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

RONIVALDO RIBEIRO PEIXOTO FILHO

OU

CPF n. 037.559.271-79

Certidão emitida em 22/07/2026, às 15:27:22 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, SEEU e Juris) até 22/07/2026, às 09:37:14;
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 22/07/2026, às 09:37:14.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 73419416

Código de Validação: D4AF 1D53 97DA 4421 3212 AD3F ED36 FA0E

Data da Atualização: 22/07/2026, às 09:37:14

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

73927344/2026

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

MARCO THULIO PEREIRA COSTA MUNIZ

OU

CPF n. 033.957.541-70

Certidão emitida em 24/07/2026, às 18:12:45 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, SEEU e Juris) até 24/07/2026, às 09:28:04;
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 24/07/2026, às 09:28:04.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 73927344

Código de Validação: 38B6 D9DA 35C5 A8CF A03C 9C41 D23B AC43

Data da Atualização: 24/07/2026, às 09:28:04

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CRIMINAIS
TODAS AS COMARCAS

Nº : **104044590916**

CERTIFICO que revendo os registros dos bancos de dados informatizados dos Sistemas de Primeiro Grau, do Poder Judiciário do Estado de Goiás, consultando AÇÃO PENAL e/ou EXECUÇÃO PENAL, em andamento, verifica-se que NADA CONSTA em desfavor de:

Requerente	:	REGINALDO PEIXOTO
Nome da Mãe	:	Luzia Bernardes Leite
Data de Nascimento	:	01/01/1978
CPF	:	022.970.961-35

a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
b) a informação do número do CPF para expedição da certidão é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;
c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica;
d) somente positivam ações penais e execuções penais;
e) esta certidão INCLUI os processos criminais em tramitação na Justiça Comum Estadual, abrangendo também aqueles que tramitam na Vara da Auditoria Militar, nos Juizados Especiais Criminais e no Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU;
f) esta certidão refere-se ao período de 05/1996 até a presente data.
g) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **104044590916**

Certidão expedida em 22 de julho de 2026, às 15:08:49
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Corregedoria Geral da Justiça
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 22 de julho de 2026

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Publicado Digitalmente em 22/07/2026 - 15:08:49
Localizar pelo código: 104044590916, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica
Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CRIMINAIS

Nº : **104944528250**

CERTIFICO que revendo os registros eletrônicos de distribuição de ações de NATUREZA CRIMINAL no Sistema de Segundo Grau (SSG) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e no Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU, NADA CONSTA em tramitação **contra**:

Requerente	:	DAMASO ALBINO PEREIRA
Nome da Mãe	:	GERMANA MANOEL DA SILVA
Data de Nascimento	:	11/12/1936
CPF	:	019.090.291-49

ESTA CERTIDÃO ABRANGE OS PROCESSOS DO SISTEMA DE SEGUNDO GRAU E SISTEMA DE PROCESSO DIGITAL, bem como OS PROCESSOS DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL DE COMPETÊNCIA DO 2º GRAU DE JURISDIÇÃO (Art. 45 da LEI ESTADUAL Nº 9.129, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1981).

a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
b) a informação do número do CPF para expedição da certidão é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;
c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica;
d) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **104944528250**

Certidão expedida em 22 de julho de 2026, às 15:57:52
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Divisão de Distribuição
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 22 de julho de 2026

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Publicado Digitalmente em 22/07/2026 - 15:57:52
Localizar pelo código: 104944528250, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica
Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CRIMINAIS

Nº : **104844520187**

CERTIFICO que revendo os registros eletrônicos de distribuição de ações de NATUREZA CRIMINAL no Sistema de Segundo Grau (SSG) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e no Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU, NADA CONSTA em tramitação **contra**:

Requerente	:	REGINALDO PEIXOTO
Nome da Mãe	:	Luzia Bernardes Leite
Data de Nascimento	:	01/01/1978
CPF	:	022.970.961-35

ESTA CERTIDÃO ABRANGE OS PROCESSOS DO SISTEMA DE SEGUNDO GRAU E SISTEMA DE PROCESSO DIGITAL, bem como OS PROCESSOS DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL DE COMPETÊNCIA DO 2º GRAU DE JURISDIÇÃO (Art. 45 da LEI ESTADUAL Nº 9.129, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1981).

a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
b) a informação do número do CPF para expedição da certidão é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;
c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica;
d) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **104844520187**

Certidão expedida em 22 de julho de 2026, às 15:10:58
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Divisão de Distribuição
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 22 de julho de 2026

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Publicado Digitalmente em 22/07/2026 - 15:10:58
Localizar pelo código: 104844520187, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica
Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA 73424452/2026

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

DAMASO ALBINO PEREIRA

OU

CPF n. 019.090.291-49

Certidão emitida em 22/07/2026, às 15:51:05 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, SEEU e Juris) até 22/07/2026, às 09:37:14;
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 22/07/2026, às 09:37:14.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 73424452

Código de Validação: 9C61 2D97 C279 9D6F 2FC1 E405 37C8 848A

Data da Atualização: 22/07/2026, às 09:37:14

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL 73424149/2026

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS em tramitação contra:

DAMASO ALBINO PEREIRA

OU

CPF n. 019.090.291-49

Certidão emitida em 22/07/2026, às 15:49:40 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, SEEU e Juris) até 22/07/2026, às 09:37:14;
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 22/07/2026, às 09:37:14.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 73424149

Código de Validação: 8D57 BDF6 262F D85F 3D3B E73F 577A F196

Data da Atualização: 22/07/2026, às 09:37:14

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CIVEIS

Nº : **104044560026**

CERTIFICO que revendo os registros eletrônicos de distribuição de ações de NATUREZA CIVEL no Sistema de Segundo Grau (SSG) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, NADA CONSTA em tramitação **contra**:

Requerente	:	DAMASO ALBINO PEREIRA
Nome da Mãe	:	GERMANA MANOEL DA SILVA
Data de Nascimento	:	11/12/1936
CPF	:	019.090.291-49

ESTA CERTIDÃO ABRANGE OS PROCESSOS DO SISTEMA DE SEGUNDO GRAU E SISTEMA DE PROCESSO DIGITAL, bem como OS PROCESSOS DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL DE COMPETÊNCIA DO 2º GRAU DE JURISDIÇÃO (Art. 45 da LEI ESTADUAL Nº 9.129, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1981).

a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
b) a informação do número do CPF é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;
c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica;
d) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **104044560026**

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 22 de julho de 2026, às 15:56:51
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Divisão de Distribuição
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 22 de julho de 2026

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Publicado Digitalmente em 22/07/2026 - 15:56:51
Localizar pelo código: 104044560026, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica
Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

CERTIDÃO DE AÇÕES CRIMINAIS
31737616

Certificamos que contra

Nome: **DAMASO ALBINO PEREIRA**

CPF: **019.090.291-49**

Data de Nascimento: **11/12/1936**

Nome da mãe: **GERMANA MANOEL DA SILVA**

NADA CONSTA

no que se refere a Ações Penais Militares em andamento ou com sentença condenatória transitada em julgado e/ou Processo de Execução Penal em andamento na Justiça Militar da União.

Certidão emitida em 22/07/2026 às 16:47:10 (hora de Brasília) com base na Resolução nº 149, de 03/08/2007, do Superior Tribunal Militar, publicada no DJ de 17/08/2007.

Os dados pessoais acima são de responsabilidade do solicitante da certidão.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço https://www.stm.jus.br (Menu "Certidão Negativa/Autenticação de Certidão") informando o Número de Controle e o CPF do emissor da Certidão.

Certidão gratuita e de âmbito nacional
Esta certidão é válida por 90 dias

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

JUSTIÇA ELEITORAL

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, consultando o cadastro eleitoral, verificou-se NÃO CONSTAR registro de condenação criminal eleitoral, transitada em julgado, para o(a) eleitor(a) abaixo qualificado.

Eleitor(a): **RONIVALDO RIBEIRO PEIXOTO**

Inscrição: **0261 2986 1082** Zona: 014 Seção: 0043

Município: 92959 - CAMPO ALEGRE DE GOIAS UF: GO

Data de nascimento: 23/10/1970 Domicílio desde: 06/03/1989

Filiação: - ILDA PEIXOTO GUIMARAES
- VALDIVINO RIBEIRO GUIMARAES

Certidão emitida às 17:59 em 24/07/2026

Esta **certidão de crimes eleitorais** é expedida gratuitamente.
Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: http://www.tse.jus.br ou pelo aplicativo e-Título, por meio do código:

//KO.DJR8.YKNY.EK1L

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CIVEIS

Nº : **104744402468**

CERTIFICO que revendo os registros eletrônicos de distribuição de ações de NATUREZA CIVEL no Sistema de Segundo Grau (SSG) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, NADA CONSTA em tramitação **contra**:

Requerente	: FABIANO FRANCISCO DO NASCIMENTO
Nome da Mãe	: ORLANDA PIRES DO NASCIMENTO
Data de Nascimento	: 27/05/1981
CPF	: 941.603.761-34

ESTA CERTIDÃO ABRANGE OS PROCESSOS DO SISTEMA DE SEGUNDO GRAU E SISTEMA DE PROCESSO DIGITAL, bem como OS PROCESSOS DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL DE COMPETÊNCIA DO 2º GRAU DE JURISDIÇÃO (Art. 45 da LEI ESTADUAL Nº 9.129, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1981).

a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
b) a informação do número do CPF é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;
c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica;
d) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **104744402468**

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 24 de julho de 2026, às 16:09:03
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Divisão de Distribuição
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 24 de julho de 2026

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Publicado Digitalmente em 24/07/2026 - 16:09:03
Localizar pelo código: 104744402468, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica
Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

CERTIDÃO DE AÇÕES CRIMINAIS
31869805

Certificamos que contra

Nome: **FABIANO FRANCISCO DO NASCIMENTO**

CPF: **941.603.761-34**

Data de Nascimento: **27/05/1981**

Nome da mãe: **ORLANDA PIRES DO NASCIMENTO**

NADA CONSTA

no que se refere a Ações Penais Militares em andamento ou com sentença condenatória transitada em julgado e/ou Processo de Execução Penal em andamento na Justiça Militar da União.

Certidão emitida em 24/07/2026 às 16:23:27 (hora de Brasília) com base na Resolução nº 149, de 03/08/2007, do Superior Tribunal Militar, publicada no DJ de 17/08/2007.

Os dados pessoais acima são de responsabilidade do solicitante da certidão.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço https://www.stm.jus.br (Menu "Certidão Negativa/Autenticação de Certidão") informando o Número de Controle e o CPF do emissor da Certidão.

Certidão gratuita e de âmbito nacional
Esta certidão é válida por 90 dias

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL 73909574/2026

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS em tramitação contra:

FABIANO FRANCISCO DO NASCIMENTO

OU

CPF n. 941.603.761-34

Certidão emitida em 24/07/2026, às 15:58:39 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, SEEU e Juris) até 24/07/2026, às 09:28:04;
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 24/07/2026, às 09:28:04.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 73909574

Código de Validação: 46CC ABED 38D0 BD42 3B49 A808 1016 E27B

Data da Atualização: 24/07/2026, às 09:28:04

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL 73926266/2026

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS em tramitação contra:

MARCO THULIO PEREIRA COSTA MUNIZ

OU

CPF n. 033.957.541-70

Certidão emitida em 24/07/2026, às 18:06:50 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, SEEU e Juris) até 24/07/2026, às 09:28:04;
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 24/07/2026, às 09:28:04.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 73926266

Código de Validação: 28C7 3663 6FB7 042E 6434 46B8 FDAF E108

Data da Atualização: 24/07/2026, às 09:28:04

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO
CERTIDÃO JUDICIAL CÍVEL 73914373/2026

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CÍVEIS em tramitação contra:

RONIVALDO RIBEIRO PEIXOTO

OU

CPF n. 517.345.751-15

Certidão emitida em 24/07/2026, às 17:02:06 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, SEEU e Juris) até 24/07/2026, às 09:28:04;
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 24/07/2026, às 09:28:04.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 73914373

Código de Validação: 2F27 6049 5A9D 2309 EFE4 8494 5E51 5D47

Data da Atualização: 24/07/2026, às 09:28:04

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

73649718/2026

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

JOSE AGUIAR DA SILVA

OU

CPF n. 471.050.701-53

Certidão emitida em 23/07/2026, às 15:44:33 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, SEEU e Juris) até 23/07/2026, às 09:44:58;
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 23/07/2026, às 09:44:58.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 73649718

Código de Validação: 0D13 B150 03EE DFFE E3BD 287A F815 9A05

Data da Atualização: 23/07/2026, às 09:44:58

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

73413997/2026

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

REGINALDO PEIXOTO

OU

CPF n. 022.970.961-35

Certidão emitida em 22/07/2026, às 15:00:52 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, SEEU e Juris) até 22/07/2026, às 09:37:14;
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 22/07/2026, às 09:37:14.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 73413997

Código de Validação: B4A4 B08C B62C F7CD 5EF4 AAEF B9E0 A8AB

Data da Atualização: 22/07/2026, às 09:37:14

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

73673690/2026

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

VALDIVINO JOSE DA SILVA

OU

CPF n. 081.690.981-49

Certidão emitida em 23/07/2026, às 17:43:23 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, SEEU e Juris) até 23/07/2026, às 09:44:58;
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 23/07/2026, às 09:44:58.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 73673690

Código de Validação: D921 4913 5E6B 1B0F 536D 3882 3BBF B2F0

Data da Atualização: 23/07/2026, às 09:44:58

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CRIMINAIS
TODAS AS COMARCAS

Nº : **104544466280**

CERTIFICO que revendo os registros dos bancos de dados informatizados dos Sistemas de Primeiro Grau, do Poder Judiciário do Estado de Goiás, consultando AÇÃO PENAL e/ou EXECUÇÃO PENAL, em andamento, verifica-se que NADA CONSTA em desfavor de:

Requerente	: MARCO THULIO PEREIRA COSTA MUNIZ
Nome da Mãe	: JANETE APARECIDA ALBINO PEREIRA
Data de Nascimento	: 18/05/2001
CPF	: 033.957.541-70

a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
b) a informação do número do CPF para expedição da certidão é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;
c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica;
d) somente positivam ações penais e execuções penais;
e) esta certidão INCLUI os processos criminais em tramitação na Justiça Comum Estadual, abrangendo também aqueles que tramitam na Vara da Auditoria Militar, nos Juizados Especiais Criminais e no Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU;
f) esta certidão refere-se ao período de 05/1996 até a presente data.
g) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **104544466280**

Certidão expedida em 24 de julho de 2026, às 18:17:38
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Corregedoria Geral da Justiça
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 24 de julho de 2026

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Publicado Digitalmente em 24/07/2026 - 18:17:38
Localizar pelo código: 104544466280, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica
Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

CERTIDÃO DE AÇÕES CRIMINAIS
31894520

Certificamos que contra

Nome: **JOSE DO NASCIMENTO SANTOS**

CPF: **262.107.461-87**

Data de Nascimento: **22/04/1963**

Nome da mãe: **LAVINA DO NASCIMENTO SANTOS**

NADA CONSTA

no que se refere a Ações Penais Militares em andamento ou com sentença condenatória transitada em julgado e/ou Processo de Execução Penal em andamento na Justiça Militar da União.

Certidão emitida em 24/07/2026 às 16:49:05 (hora de Brasília) com base na Resolução nº 149, de 03/08/2007, do Superior Tribunal Militar, publicada no DJ de 17/08/2007.

Os dados pessoais acima são de responsabilidade do solicitante da certidão.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço https://www.stm.jus.br (Menu "Certidão Negativa/Autenticação de Certidão") informando o Número de Controle e o CPF do emissor da Certidão.

Certidão gratuita e de âmbito nacional
Esta certidão é válida por 90 dias

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

CERTIDÃO DE AÇÕES CRIMINAIS
31845440

Certificamos que contra

Nome: **MARCO THULIO PEREIRA COSTA MUNIZ**

CPF: **033.957.541-70**

Data de Nascimento: **18/05/2001**

Nome da mãe: **JANETE APARECIDA ALBINO PEREIRA**

NADA CONSTA

no que se refere a Ações Penais Militares em andamento ou com sentença condenatória transitada em julgado e/ou Processo de Execução Penal em andamento na Justiça Militar da União.

Certidão emitida em 24/07/2026 às 18:35:08 (hora de Brasília) com base na Resolução nº 149, de 03/08/2007, do Superior Tribunal Militar, publicada no DJ de 17/08/2007.

Os dados pessoais acima são de responsabilidade do solicitante da certidão.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço https://www.stm.jus.br (Menu "Certidão Negativa/Autenticação de Certidão") informando o Número de Controle e o CPF do emissor da Certidão.

Certidão gratuita e de âmbito nacional
Esta certidão é válida por 90 dias

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

CERTIDÃO DE AÇÕES CRIMINAIS
31834845

Certificamos que contra

Nome: **RONIVALDO RIBEIRO PEIXOTO**

CPF: **517.345.751-15**

Data de Nascimento: **23/10/1970**

Nome da mãe: **ILDA PEIXOTO GUIMARAES**

NADA CONSTA

no que se refere a Ações Penais Militares em andamento ou com sentença condenatória transitada em julgado e/ou Processo de Execução Penal em andamento na Justiça Militar da União.

Certidão emitida em 24/07/2026 às 18:03:45 (hora de Brasília) com base na Resolução nº 149, de 03/08/2007, do Superior Tribunal Militar, publicada no DJ de 17/08/2007.

Os dados pessoais acima são de responsabilidade do solicitante da certidão.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço https://www.stm.jus.br (Menu "Certidão Negativa/Autenticação de Certidão") informando o Número de Controle e o CPF do emissor da Certidão.

Certidão gratuita e de âmbito nacional
Esta certidão é válida por 90 dias

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

CERTIDÃO DE AÇÕES CRIMINAIS
31838736

Certificamos que contra

Nome: **VALDIVINO JOSÉ DA SILVA**

CPF: **081.690.981-49**

Data de Nascimento: **01/07/1952**

Nome da mãe: **DOMINGAS DE ALMEIDA PIRES**

NADA CONSTA

no que se refere a Ações Penais Militares em andamento ou com sentença condenatória transitada em julgado e/ou Processo de Execução Penal em andamento na Justiça Militar da União.

Certidão emitida em 23/07/2026 às 17:59:07 (hora de Brasília) com base na Resolução nº 149, de 03/08/2007, do Superior Tribunal Militar, publicada no DJ de 17/08/2007.

Os dados pessoais acima são de responsabilidade do solicitante da certidão.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço https://www.stm.jus.br (Menu "Certidão Negativa/Autenticação de Certidão") informando o Número de Controle e o CPF do emissor da Certidão.

Certidão gratuita e de âmbito nacional
Esta certidão é válida por 90 dias

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CIVEIS
TODAS AS COMARCAS

Nº : **104144518268**

CERTIFICA que revendo os registros dos bancos de dados informatizados dos Sistemas de Primeiro Grau, do Poder Judiciário do Estado de Goiás, consultando ações cíveis em geral, ou seja, execuções, execuções patrimoniais, execuções fiscais, falências, concordatas, recuperação judicial e insolvência, em andamento, verifica-se que NADA CONSTA **contra**:

Requerente	:	DAMASO ALBINO PEREIRA
Nome da Mãe	:	GERMANA MANOEL DA SILVA
Data de Nascimento	:	11/12/1936
CPF	:	019.090.291-49

a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
b) a informação do número do CPF é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;
c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica;
d) não positivam a certidão as ações que correm em segredo de justiça e as ações que versam sobre processos de jurisdição voluntária;
e) esta certidão refere-se ao período de 05/1996 até a presente data.
f) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **104144518268**

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 22 de julho de 2026, às 15:53:44
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Corregedoria Geral da Justiça
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Publicado Digitalmente em 22/07/2026 - 15:53:44
Localizar pelo código: 104144518268, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica
Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CIVEIS
TODAS AS COMARCAS

Nº : **104844530609**

CERTIFICA que revendo os registros dos bancos de dados informatizados dos Sistemas de Primeiro Grau, do Poder Judiciário do Estado de Goiás, consultando ações cíveis em geral, ou seja, execuções, execuções patrimoniais, execuções fiscais, falências, concordatas, recuperação judicial e insolvência, em andamento, verifica-se que NADA CONSTA **contra**:

Requerente	:	REGINALDO PEIXOTO
Nome da Mãe	:	Luzia Bernardes Leite
Data de Nascimento	:	01/01/1978
CPF	:	022.970.961-35

a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
b) a informação do número do CPF é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;
c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica;
d) não positivam a certidão as ações que correm em segredo de justiça e as ações que versam sobre processos de jurisdição voluntária;
e) esta certidão refere-se ao período de 05/1996 até a presente data.
f) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **104844530609**

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 22 de julho de 2026, às 15:05:40
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Corregedoria Geral da Justiça
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Publicado Digitalmente em 22/07/2026 - 15:05:40
Localizar pelo código: 104844530609, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica
Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CIVEIS
TODAS AS COMARCAS

Nº : **104144590574**

CERTIFICA que revendo os registros dos bancos de dados informatizados dos Sistemas de Primeiro Grau, do Poder Judiciário do Estado de Goiás, consultando ações cíveis em geral, ou seja, execuções, execuções patrimoniais, execuções fiscais, falências, concordatas, recuperação judicial e insolvência, em andamento, verifica-se que NADA CONSTA **contra**:

Requerente	:	Ronivaldo Ribeiro Peixoto Filho
Nome da Mãe	:	Soraia Jose da Silva Peixoto
Data de Nascimento	:	06/11/1995
CPF	:	037.559.271-79

a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
b) a informação do número do CPF é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;
c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica;
d) não positivam a certidão as ações que correm em segredo de justiça e as ações que versam sobre processos de jurisdição voluntária;
e) esta certidão refere-se ao período de 05/1996 até a presente data.
f) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **104144590574**

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 22 de julho de 2026, às 15:31:45
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Corregedoria Geral da Justiça
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Publicado Digitalmente em 22/07/2026 - 15:31:45
Localizar pelo código: 104144590574, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica
Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CIVEIS
TODAS AS COMARCAS

Nº : **104144406315**

CERTIFICA que revendo os registros dos bancos de dados informatizados dos Sistemas de Primeiro Grau, do Poder Judiciário do Estado de Goiás, consultando ações cíveis em geral, ou seja, execuções, execuções patrimoniais, execuções fiscais, falências, concordatas, recuperação judicial e insolvência, em andamento, verifica-se que NADA CONSTA **contra**:

Requerente	:	RONIVALDO RIBEIRO PEIXOTO
Nome da Mãe	:	ILDA PEIXOTO GUIMARAES
Data de Nascimento	:	23/10/1970
CPF	:	517.345.751-15

a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
b) a informação do número do CPF é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;
c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica;
d) não positivam a certidão as ações que correm em segredo de justiça e as ações que versam sobre processos de jurisdição voluntária;
e) esta certidão refere-se ao período de 05/1996 até a presente data.
f) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **104144406315**

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 24 de julho de 2026, às 17:46:22
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Corregedoria Geral da Justiça
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Publicado Digitalmente em 24/07/2026 - 17:46:22
Localizar pelo código: 104144406315, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica
Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

CERTIDÃO JUDICIAL CRIMINAL NEGATIVA

73917783/2026

CERTIFICAMOS, na forma da lei, que, consultando os sistemas processuais abaixo indicados, **NÃO CONSTAM**, até a presente data e hora, PROCESSOS de classes CRIMINAIS contra:

RONIVALDO RIBEIRO PEIXOTO

OU

CPF n. 517.345.751-15

Certidão emitida em 24/07/2026, às 17:22:19 (data e hora de Brasília), abrange a Justiça Federal de 1º Grau na(s) seguinte(s) unidade(s) federativa(s): Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins. Compreende também o Tribunal Regional Federal da 1ª Região e os processos sob a jurisdição do Tribunal Regional Federal da 6ª Região, cujo julgamento ainda esteja em curso em órgão colegiado da 1ª Região, nos termos do art. 4º da Portaria 345, de 2022, do Conselho da Justiça Federal.

Observações:

a) A autenticidade desta certidão poderá ser verificada, no prazo de 90 (noventa) dias, por qualquer interessado no site do TRF1, endereço *https://sistemas.trf1.jus.br/certidao*, por meio do código de validação abaixo;
b) A pesquisa realizada com base no CPF informado abrange processos em que o titular ou seu eventual espólio figure como parte;
c) Nos casos do § 1º do art. 4º da Resolução n. 680/2020 (CPF não informado), o nome indicado para a consulta será de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e destinatário;
d) Certidão expedida gratuitamente e nos termos da Resolução CNJ n. 121/2010 e da Resolução CJF n. 680/2020;
e) Certidão emitida em consulta às seguintes bases de dados (data e hora de Brasília):
Tribunal Regional Federal da 1ª Região (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, SEEU e Juris) até 24/07/2026, às 09:28:04;
Seção Judiciária: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins (Processo Judicial Eletrônico, Processo Digital da 1ª Região, Processo Judicial Digital de Execução Fiscal, JEF Virtual, Processual e SEEU) até 24/07/2026, às 09:28:04.
f) Esta certidão abrange os processos em curso na Justiça Federal de 1º e 2º Graus.

Certidão: 73917783

Código de Validação: 8E5C C594 2BBC EAD4 24F9 51DD 7F0B 0D81

Data da Atualização: 24/07/2026, às 09:28:04

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

CERTIDÃO DE AÇÕES CRIMINAIS
31752967

Certificamos que contra

Nome: **RONIVALDO RIBEIRO PEIXOTO FILHO**

CPF: **037.559.271-79**

Data de Nascimento: **06/11/1995**

Nome da mãe: **SORAIA JOSE DA SILVA PEIXOTO**

NADA CONSTA

no que se refere a Ações Penais Militares em andamento ou com sentença condenatória transitada em julgado e/ou Processo de Execução Penal em andamento na Justiça Militar da União.

Certidão emitida em 22/07/2026 às 15:44:53 (hora de Brasília) com base na Resolução nº 149, de 03/08/2007, do Superior Tribunal Militar, publicada no DJ de 17/08/2007.

Os dados pessoais acima são de responsabilidade do solicitante da certidão.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço https://www.stm.jus.br (Menu "Certidão Negativa/Autenticação de Certidão") informando o Número de Controle e o CPF do emissor da Certidão.

Certidão gratuita e de âmbito nacional
Esta certidão é válida por 90 dias

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CRIMINAIS
TODAS AS COMARCAS

Nº : **104744570831**

CERTIFICO que revendo os registros dos bancos de dados informatizados dos Sistemas de Primeiro Grau, do Poder Judiciário do Estado de Goiás, consultando AÇÃO PENAL e/ou EXECUÇÃO PENAL, em andamento, verifica-se que NADA CONSTA em desfavor de:

Requerente	:	Ronivaldo Ribeiro Peixoto Filho
Nome da Mãe	:	Soraia Jose da Silva Peixoto
Data de Nascimento	:	06/11/1995
CPF	:	037.559.271-79

a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
b) a informação do número do CPF para expedição da certidão é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;
c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica;
d) somente positivam ações penais e execuções penais;
e) esta certidão INCLUI os processos criminais em tramitação na Justiça Comum Estadual, abrangendo também aqueles que tramitam na Vara da Auditoria Militar, nos Juizados Especiais Criminais e no Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU;
f) esta certidão refere-se ao período de 05/1996 até a presente data.
g) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **104744570831**

Certidão expedida em 22 de julho de 2026, às 15:34:08
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Corregedoria Geral da Justiça
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 22 de julho de 2026

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Publicado Digitalmente em 22/07/2026 - 15:34:08
Localizar pelo código: 104744570831, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica
Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CRIMINAIS

Nº : **104144570882**

CERTIFICO que revendo os registros eletrônicos de distribuição de ações de NATUREZA CRIMINAL no Sistema de Segundo Grau (SSG) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e no Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU, NADA CONSTA em tramitação **contra**:

Requerente	:	Ronivaldo Ribeiro Peixoto Filho
Nome da Mãe	:	Soraia Jose da Silva Peixoto
Data de Nascimento	:	06/11/1995
CPF	:	037.559.271-79

ESTA CERTIDÃO ABRANGE OS PROCESSOS DO SISTEMA DE SEGUNDO GRAU E SISTEMA DE PROCESSO DIGITAL, bem como OS PROCESSOS DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL DE COMPETÊNCIA DO 2º GRAU DE JURISDIÇÃO (Art. 45 da LEI ESTADUAL Nº 9.129, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1981).

a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
b) a informação do número do CPF para expedição da certidão é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;
c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica;
d) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **104144570882**

Certidão expedida em 22 de julho de 2026, às 15:35:48
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Divisão de Distribuição
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 22 de julho de 2026

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Publicado Digitalmente em 22/07/2026 - 15:35:48
Localizar pelo código: 104144570882, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica
Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CRIMINAIS

Nº : **104644442429**

CERTIFICO que revendo os registros eletrônicos de distribuição de ações de NATUREZA CRIMINAL no Sistema de Segundo Grau (SSG) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e no Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU, NADA CONSTA em tramitação **contra**:

Requerente	: FABIANO FRANCISCO DO NASCIMENTO
Nome da Mãe	: ORLANDA PIRES DO NASCIMENTO
Data de Nascimento	: 27/05/1981
CPF	: 941.603.761-34

ESTA CERTIDÃO ABRANGE OS PROCESSOS DO SISTEMA DE SEGUNDO GRAU E SISTEMA DE PROCESSO DIGITAL, bem como OS PROCESSOS DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL DE COMPETÊNCIA DO 2º GRAU DE JURISDIÇÃO (Art. 45 da LEI ESTADUAL Nº 9.129, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1981).

a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
b) a informação do número do CPF para expedição da certidão é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;
c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica;
d) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **104644442429**

Certidão expedida em 24 de julho de 2026, às 16:10:14
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Divisão de Distribuição
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 24 de julho de 2026

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Publicado Digitalmente em 24/07/2026 - 16:10:14
Localizar pelo código: 104644442429, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica
Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CIVEIS

Nº : **104844442283**

CERTIFICO que revendo os registros eletrônicos de distribuição de ações de NATUREZA CIVEL no Sistema de Segundo Grau (SSG) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, NADA CONSTA em tramitação **contra**:

Requerente	:	RONIVALDO RIBEIRO PEIXOTO
Nome da Mãe	:	ILDA PEIXOTO GUIMARAES
Data de Nascimento	:	23/10/1970
CPF	:	517.345.751-15

ESTA CERTIDÃO ABRANGE OS PROCESSOS DO SISTEMA DE SEGUNDO GRAU E SISTEMA DE PROCESSO DIGITAL, bem como OS PROCESSOS DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL DE COMPETÊNCIA DO 2º GRAU DE JURISDIÇÃO (Art. 45 da LEI ESTADUAL Nº 9.129, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1981).

a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
b) a informação do número do CPF é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;
c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica;
d) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **104844442283**

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 24 de julho de 2026, às 17:51:25
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Divisão de Distribuição
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 24 de julho de 2026

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Publicado Digitalmente em 24/07/2026 - 17:51:25
Localizar pelo código: 104844442283, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica
Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CRIMINAIS

Nº : **104044426341**

CERTIFICO que revendo os registros eletrônicos de distribuição de ações de NATUREZA CRIMINAL no Sistema de Segundo Grau (SSG) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e no Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU, NADA CONSTA em tramitação **contra**:

Requerente	:	RONIVALDO RIBEIRO PEIXOTO
Nome da Mãe	:	ILDA PEIXOTO GUIMARAES
Data de Nascimento	:	23/10/1970
CPF	:	517.345.751-15

ESTA CERTIDÃO ABRANGE OS PROCESSOS DO SISTEMA DE SEGUNDO GRAU E SISTEMA DE PROCESSO DIGITAL, bem como OS PROCESSOS DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL DE COMPETÊNCIA DO 2º GRAU DE JURISDIÇÃO (Art. 45 da LEI ESTADUAL Nº 9.129, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1981).

a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
b) a informação do número do CPF para expedição da certidão é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;
c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica;
d) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **104044426341**

Certidão expedida em 24 de julho de 2026, às 17:56:42
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Divisão de Distribuição
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 24 de julho de 2026

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Publicado Digitalmente em 24/07/2026 - 17:56:42
Localizar pelo código: 104044426341, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica
Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CIVEIS

Nº : **104844540383**

CERTIFICO que revendo os registros eletrônicos de distribuição de ações de NATUREZA CIVEL no Sistema de Segundo Grau (SSG) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, NADA CONSTA em tramitação **contra**:

Requerente	:	Ronivaldo Ribeiro Peixoto Filho
Nome da Mãe	:	Soraia Jose da Silva Peixoto
Data de Nascimento	:	06/11/1995
CPF	:	037.559.271-79

ESTA CERTIDÃO ABRANGE OS PROCESSOS DO SISTEMA DE SEGUNDO GRAU E SISTEMA DE PROCESSO DIGITAL, bem como OS PROCESSOS DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL DE COMPETÊNCIA DO 2º GRAU DE JURISDIÇÃO (Art. 45 da LEI ESTADUAL Nº 9.129, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1981).

a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
b) a informação do número do CPF é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;
c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica;
d) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **104844540383**

Esta certidão não abrange os processos do Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU.

Certidão expedida em 22 de julho de 2026, às 15:35:02
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Divisão de Distribuição
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 22 de julho de 2026

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Publicado Digitalmente em 22/07/2026 - 15:35:02
Localizar pelo código: 104844540383, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica
Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
CERTIDÃO NEGATIVA DE AÇÕES CRIMINAIS

Nº : **104044435151**

CERTIFICO que revendo os registros eletrônicos de distribuição de ações de NATUREZA CRIMINAL no Sistema de Segundo Grau (SSG) do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e no Sistema Eletrônico de Execução Unificado - SEEU, NADA CONSTA em tramitação **contra**:

Requerente	:	VALDIVINO JOSÉ DA SILVA
Nome da Mãe	:	DOMINGAS DE ALMEIDA PIRES
Data de Nascimento	:	01/07/1952
CPF	:	081.690.981-49

ESTA CERTIDÃO ABRANGE OS PROCESSOS DO SISTEMA DE SEGUNDO GRAU E SISTEMA DE PROCESSO DIGITAL, bem como OS PROCESSOS DA JUSTIÇA MILITAR ESTADUAL DE COMPETÊNCIA DO 2º GRAU DE JURISDIÇÃO (Art. 45 da LEI ESTADUAL Nº 9.129, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1981).

a) a presente certidão foi expedida gratuitamente através da internet pelo usuário do sistema;
b) a informação do número do CPF para expedição da certidão é de responsabilidade do solicitante da certidão, pesquisados o nome e o CPF como digitados, sendo que o destinatário deve conferir o nome e a titularidade do número do CPF informado;
c) a autenticidade desta certidão deve ser confirmada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás no endereço https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica;
d) qualquer rasura ou emenda invalidará a presente certidão.

CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO : **104044435151**

Certidão expedida em 23 de julho de 2026, às 17:50:24
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás - Divisão de Distribuição
Avenida Assis Chateaubriand n. 195 Setor Oeste CEP 74130-012
Data da última atualização do banco de dados: 23 de julho de 2026

Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Documento Publicado Digitalmente em 23/07/2026 - 17:50:24
Localizar pelo código: 104044435151, no endereço: https://projudi.tjgo.jus.br/CertidaoPublica
Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3200330035003600370039003700 3A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

Processo: 15544/2026
PLO 772/2026
ID: 2291905

Fase Atual: Projeto de Lei Ordinária Protocolado
(ASSESSORIA ADJUNTA DE PROTOCOLO-GERAL)
Ação Realizada: Processo Protocolado
Próxima Fase: Conferir Documentos do Projeto de Lei Ordinária
(GESTÃO PARLAMENTAR)

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3400340039003900340035003300 3A005400, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade utilizando o identificador 340034003900390034003500330003A005400

Assinado eletronicamente por **MURILLO VINICIUS DE FREITAS** em **04/08/2026 15:29**
Checksum: **E92BAC86B4540E7D2C2112F5BAC96F2BC6845BC12C97ADC370335513EAADE584**

Processo: 15544/2026
PLO 772/2026
ID: 2291905

Fase Atual: Conferir Documentos do Projeto de Lei Ordinária (GESTÃO PARLAMENTAR)
Ação Realizada: Encaminhado a Votação Preliminar
Próxima Fase: Votação Preliminar do Projeto de Lei Ordinária (PLENÁRIO)

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3400340039003900340035003400 3A005400, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade utilizando o identificador 340034003900390034003500340003A005400

Assinado eletronicamente por **MARCOS JOSE MARQUI** em **05/08/2026 11:27**
Checksum: **A79F3427DDBCC7AC2364B5F08A75BB9B00601745925DE7BFCA7EAFB111D441A3**

Processo: 15544/2026
PLO 772/2026
ID: 2291905

Fase Atual: Votação Preliminar do Projeto de Lei Ordinária (PLENÁRIO)
Ação Realizada: Aprovado Preliminarmente
Próxima Fase: Publicar Projeto de Lei Ordinária (SEÇÃO DE PROCEDIMENTOS LEGISLATIVOS FINAIS)

APROVADO PRELIMINARMENTE. À PUBLICAÇÃO E, POSTERIORMENTE, ENCAMINHE-SE À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO.

EM 05/08/2026.

Deputado CORONEL ADAILTON

– 1º SECRETÁRIO –

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3400350030003000350036003700 3A005400, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade utilizando o identificador 340035003000300035003600370003A005400

Assinado eletronicamente por **ADAILTON FLORENTINO DO NASCIMENTO** em **05/08/2026 19:40**
Checksum: **D87D22350EB6DB0596CEFCCFF9ED6E8A192AC1987FD79D884E767482081D5B28**

Processo: 15544/2026
PLO 772/2026
ID: 2291905

Fase Atual: Publicar Projeto de Lei Ordinária
(SEÇÃO DE PROCEDIMENTOS LEGISLATIVOS FINAIS)
Ação Realizada: Projeto de Lei Publicado
Próxima Fase: Encaminhar Projeto de Lei Ordinária às Respectivas Comissões
(SECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO)

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3400350030003100310036003700 3A005400, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade utilizando o identificador 340035003000310031003600370003A005400

Assinado eletronicamente por **IZIDORIO MARTINS NETO** em **06/08/2026 08:48**
Checksum: **95DD5657367942B68425139C617F0CF2DFE6A88EAE5B7C637CE160D181E552F8**

Processo: 15544/2026
PLO 772/2026
ID: 2291905

Fase Atual: Encaminhar Projeto de Lei Ordinária às Respectivas Comissões (SECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO)
Ação Realizada: Encaminhado à CCJR
Próxima Fase: Distribuir Projeto de Lei Ordinária ao Relator na CCJR (COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO)

Autenticar documento em https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade
com o identificador 3400350030003100360039003800 3A005400, Documento assinado digitalmente conforme art. 4º, II da Lei 14.063/2020.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço https://alegodigital.al.go.leg.br/autenticidade utilizando o identificador 340035003000310036003900380003A005400

Assinado eletronicamente por **LUCIANA COSTA ALVES** em **06/08/2026 09:15**
Checksum: **03F4362FF570D755B10BE6071D0470948DD03AC90B31E75BC05F35C333E50256**